

Relatório

Ação Educativa

Ano 2016

2016



Sumário

Sumário.....	01
Siglário.....	02
Introdução.....	04
Relatório narrativo 2016.....	10
Resultado financeiro 2016.....	32
Corpo Diretivo e Pessoal.....	39
Apoios.....	46
Anexo A.....	47
Anexo B – listagem de atividades.....	48

Siglário

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ABONG – Associação Brasileira de ONGs
APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
CCJ – Centro Cultural da Juventude
CEAAL - Conselho de Educação de Adultos da América Latina
CEERT - Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CENPEC – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEU – Centro Educacional Unificado
CIEJA – Centro de Integração de Educação de Jovens e Adultos
CLADEM – Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CNAEJA – Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CONANE - Conferência Nacional de Alternativas para uma Nova Educação
CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos
Consed - Conselho Nacional de Secretário de Educação
CPFP - Centro Público de Formação Profissional
CUT - Central Única dos Trabalhadores
Daeb - Diretoria de Avaliação da Educação Básica
DhESCA – Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais [Plataforma Brasil]
EAD - Educação à Distância
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
ECOS – Comunicação em Sexualidade
EE – Escola Estadual
EJA – Educação de Jovens e Adultos
ETEC - Escola Técnica Estadual
FSM - Fórum Social Mundial
GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
Greppe - Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais
GT – Grupo de Trabalho
GTIEI – Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Educação Infantil
INAF – Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional
INDIQUE – Projeto Indicadores da Qualidade na Educação
INEP – Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira
Inesc - Instituto de Estudos Socioeconômicos
ITTC - Instituto Terra, Trabalho e Cidadania
JADE ou JADEs – Jovens Agentes pelo Direito à Educação
LDB – Lei de Diretrizes e Base
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MA - Maranhão
MEC – Ministério da Educação
MP - Ministério Público
ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONG - Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PEC - Proposta de Emenda Constitucional
PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
PJMC – Programa Jovens Monitores Culturais
PM - Polícia Militar
PMC – Plano Municipal de Cultura
PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo
PNE – Plano Nacional de Educação
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático
RS – Rio Grande do Sul
SEE – Secretaria Estadual de Educação
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social da Indústria

SINAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
Sinpro DF - Sindicato dos Professores no Distrito Federal
SMADS - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SP - São Paulo
SPM - Secretaria de Políticas para as Mulheres
STF – Supremo Tribunal Federal
TDH - Terre des Hommes – Alemanha
TI – Tecnologia da Informação
TOPA - Todos Pela Alfabetização
UFABC - Universidade Federal do ABC
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação
UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESP - Universidade do Estado de São Paulo
Unicamp - Universidade Estadual de Campinas
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP – Universidade de São Paulo

INTRODUÇÃO

O plano quadrienal 2016 - 2019, elaborado pela Ação Educativa ao longo de 2015, expressou o que então já previam movimentos sociais e organizações que se pautam pelos direitos humanos e lutam por justiça social e democracia no Brasil: a chegada de tempos difíceis nas arenas política e econômica, com sérias ameaças aos avanços sociais e direitos conquistados nas últimas três décadas. Em seu objetivo geral, o plano apontou a necessidade de resistir a retrocessos e intensificar as disputas não só no âmbito das políticas públicas, mas também nas arenas da cultura e da educação, promovendo novas consciências e novas atitudes na própria sociedade:

Objetivo Geral

Promover, na sociedade e nas políticas públicas, a cultura e a efetivação dos direitos humanos, da democracia e da sustentabilidade socioambiental, combatendo as desigualdades, o racismo, o sexismo, a homofobia e outras discriminações, resistindo aos retrocessos legais e políticos no campo dos direitos.

Assumindo a educação e a cultura como vetores de transformação e apostando na participação dos jovens nas lutas por manutenção e ampliação de direitos, afirmou as linhas de ação estratégica que balizam sua história institucional:

Objetivos Estratégicos

- 1. Promover a educação e a cultura em espaços escolares e não escolares, experimentando e disseminando inovações metodológicas, abordando temas emergentes e cruciais para a ação política e produzindo conhecimentos sobre tais práticas.*
- 2. Implementar iniciativas educacionais e culturais em territórios periféricos, ampliando a capacidade de grupos e movimentos que ali atuam de incidir nas políticas públicas e melhorar suas condições de vida.*
- 3. Fortalecer redes de atores que promovem mobilização social e incidência em políticas públicas – em âmbito local, nacional e internacional – , tendo em vista os direitos educacionais, culturais e da juventude.*
- 4. Produzir e disseminar informações, conhecimentos e posicionamentos afirmando os direitos humanos, a equidade, a diversidade, a democracia e a sustentabilidade socioambiental como valores, contribuindo para formar a opinião pública e apoiando grupos e movimentos que se pautam por esses valores.*

O primeiro ano desse Plano Quadrienal, 2016, foi de fato desafiador. O país sofreu sucessivos abalos numa conjuntura de desconstrução e acirramento de disputas. A Ação Educativa, assim como outras organizações do mesmo campo, teve que enfrentar limitações em seus meios e espaços de intervenção e buscar constantemente se reinventar para resistir e permanecer atuante em cenário adverso aos direitos humanos e às lutas por justiça e participação social.

A conjuntura nacional

O ano de 2016 foi certamente o período mais dramático da história do Brasil desde a redemocratização na década de 1980. Como resultado de um processo de impeachment com duvidosa base jurídica, a presidenta Dilma Rousseff foi em maio afastada de seu cargo, com seu vice Michel Temer assumindo interinamente. Em agosto, o processo foi concluído com o afastamento definitivo de Dilma e a efetivação de Temer na Presidência, com respaldo de ampla maioria no Congresso.

A intensa polarização política que tomou conta da população, com mobilizações nas ruas e nas redes sociais pró e contra o impeachment, recebeu da grande mídia uma cobertura parcial, que favoreceu flagrantemente os que apostaram na interrupção do mandato da presidente eleita em prol de uma nova composição de alianças no Congresso Nacional e no Palácio do Planalto, articulando o PMDB, o PSDB e o DEM na liderança da base governista.

Vazamentos seletivos de investigações comandadas pelo juiz Sergio Moro no âmbito da operação Lava-jato foram fartamente explorados pela grande mídia, ajudando a legitimar o impeachment, que nessas circunstâncias passou a ser denunciado por segmentos expressivos dos movimentos sociais, dos artistas, dos intelectuais e da população em geral como um golpe institucional – parlamentar e midiático – respaldado pelo poder judiciário. O espetáculo trágico-cômico da votação final do impeachment na Câmara dos Deputados reverberou na mídia internacional, evidenciando a fragilidade dos argumentos e a lógica mesquinha que cimentou a base parlamentar que alçou Michel Temer à presidência.

Durante o segundo semestre, o golpe institucional se consolidou, revelando o perfil conservador e reacionário do novo governo. As medidas tomadas para supostamente “tirar o Brasil da crise” revelaram as reais motivações dos grupos que se instalaram no Palácio do Planalto com maioria no Congresso: não o combate à corrupção, que era o principal clamor das manifestações populares do primeiro semestre, mas sim o desmonte de políticas sociais que garantiam direitos dos trabalhadores e das populações mais vulneráveis no país.

Em sete meses de governo Temer, seis ministros de Estados caíram devido ao envolvimento em casos graves de corrupção; além disso, o presidente do Senado, Renan Calheiros, tornou-se réu no Supremo Tribunal Federal e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, foi preso e teve seu mandato cassado pelos mesmos motivos.

Os corruptos que continuaram ocupando cargos no executivo e cadeiras no legislativo, porém, mantiveram o pacto e conseguiram aprovar rapidamente medidas graves de interesse das elites econômicas. A mais antipopular e danosa aos direitos humanos foi a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) que congelou os gastos do governo federal com saúde, educação, infraestrutura e programas sociais pelos próximos 20 anos, enquanto garantiu que a maior parte do orçamento continue sendo drenada para pagar juros da dívida pública aos bancos, sem nenhuma restrição. Outra iniciativa gravíssima foi a proposta do executivo para a Reforma da Previdência, estipulando uma idade mínima de 65 anos para a aposentadoria, além da exigência de 49 anos de trabalho ininterrupto para se ter direito à aposentadoria integral. Na proposta, enquanto trabalhadores do setor público e privado e principalmente os trabalhadores

rurais têm perdas importantes no direito à aposentadoria, não se toca nos privilégios de militares e políticos, muito menos nas dívidas milionárias de grandes empresas com a Previdência.

Os grupos que tinham liderado as grandes manifestações pró-impeachment no primeiro semestre se calaram frente aos flagrantes casos de corrupção do governo Temer e frente às medidas claramente antipopulares propostas por ele com apoio do legislativo. As centrais sindicais e movimentos populares, por seu lado, ainda abatidos pelas derrotas no âmbito federal e depois nas eleições municipais, começaram a articular movimentos de resistência, ainda sem resultados expressivos.

Os movimentos de resistência de maior impacto no período vieram, surpreendentemente, da área da cultura e da juventude estudantil. Artistas e profissionais da Cultura ocuparam espaços públicos contra a extinção do ministério e das políticas públicas na área, obrigando o governo Temer a um primeiro recuo. Os estudantes, por sua vez, reagiram a um projeto de reforma do ensino médio proposto pelo governo Temer, ocupando escolas, institutos e universidades em todo o país. O Ministério da Educação tentou, mas não conseguiu ignorar o movimento, que o obrigou a adiar o Enem - Exame Nacional do Ensino Médio, nos locais de prova que estavam ocupados e a rever pontos da reforma.

Completando o quadro de crise política, a esperada recuperação econômica não aconteceu. Os efeitos da recessão continuaram se agravando, com retração de investimentos privados e públicos e aumento do desemprego. Estados populosos como Rio de Janeiro e Minas Gerais chegaram a decretar calamidade financeira, atrasando salários de servidores públicos e reduzindo serviços básicos como saúde e segurança.

No contexto nacional, portanto, configurou-se um cenário que tornava ainda mais desafiadora e necessária a atuação de organizações de direitos humanos na resistência ao desmonte de políticas sociais e no fomento de uma cultura de participação e solidariedade.

Ação Educativa se reinventando para resistir e fazer sentido

Os efeitos das crises política e econômica se fizeram sentir duramente na vida institucional da Ação Educativa em 2016. Recursos públicos e privados voltados à promoção da educação, da cultura e dos direitos humanos escassearam significativamente e afetaram o orçamento institucional. Antevendo que o cenário restritivo tendia a se agravar nos próximos anos, a direção institucional e equipes adotaram medidas sofridas para garantir a continuidade da instituição: redução importante do quadro de funcionários e de gastos estruturais. Foram também descontinuados projetos bastante relevantes para o conjunto da instituição, destacadamente o Observatório da Educação.

Em contrapartida, redobrou-se o esforço por buscar novas formas de sustentação, que se espera poderão dar frutos no futuro próximo. O esforço mais relevante, porém, concentrou-se em manter ativa a percepção das novas demandas e possibilidades que a sociedade brasileira e os movimentos sociais colocam para as organizações da sociedade civil, do novo que já começa a nascer na crise e alimenta a energia da resistência. Nessa linha, destacamos nessa introdução eventos que marcaram a vida institucional da Ação Educativa em 2016 lançando

sementes e abrindo novos caminhos para a necessária atualização do nosso desenho institucional e da nossa presença na sociedade.

Um primeiro ponto que merece destaque é o fortalecimento da agenda racial articulada à de gênero dentro da instituição. Resultado de políticas de contratação e das próprias temáticas dos projetos educacionais e ações culturais que a instituição privilegia, veio crescendo a quantidade de profissionais negras e negros à frente de projetos e setores de serviços. Com essa configuração, explicitam-se não só com o público externo, mas dentro da própria organização, os entraves que a discriminação e as desigualdades raciais e de gênero impõem nas relações sociais e no exercício do poder, assim como a necessidade de tomar medidas corretivas e de discriminação positiva. No final de 2016, a Ação Educativa contou com a consultoria externa de uma organização negra, a AMMA Psique e Negritude, na realização de uma oficina sobre Enfrentamento do Racismo Institucional, que envolveu mais de 40 funcionários. Do trabalho resultou a criação de grupos para dar continuidade à discussão da temática e a proposta de realizar um mapeamento da questão racial e do racismo na instituição, de modo a gerar referências mais sólidas para políticas antirracistas e de discriminação positiva na Ação Educativa.

Outro destaque foi o lançamento das publicações – “Gênero e Educação” e “A ideologia do movimento Escola Sem Partido - 20 autores desmontam o discurso” –, com as quais fizemos frente aos avanços de grupos reacionários que querem limitar o papel do sistema educacional na promoção da pluralidade cultural e luta contra o racismo, o sexismo, a homofobia e a intolerância religiosa. Respondendo com agilidade à conjuntura, conseguimos publicar o livro “A ideologia do movimento Escola Sem Partido” com recursos próprios, introduzindo a publicação em pontos de venda comerciais; foram vendidos 1.170 exemplares; e, no *facebook*, os 28 posts sobre o livro resultaram em 6.427 engajamentos (curtidas, compartilhamentos e comentários), com um alcance de 222.004 pessoas. Já o post anunciando o lançamento do “Gênero e Educação” recebeu 222 curtidas, 1.284 compartilhamentos e 44 comentários, alcançando 156.766 pessoas.

Vale também destacar a bem-sucedida realização da Semana de Formação em Direitos Humanos em julho, promovida pela Ação Educativa com várias organizações parceiras. O evento chamou a atenção para o grande potencial das ações formativas, inclusive como fonte de recursos. Esse potencial já havia sido vislumbrado em iniciativas anteriores, como as Formações em Direitos Humanos, desenvolvidas pela instituição desde 2011, que também contaram com um grande número de inscrições. A experiência da Semana fortaleceu a intenção de Ação Educativa de constituir um Centro de Formação em Educação Popular e Direitos Humanos, em sintonia com o atual Plano Quadrienal. Na Semana de Formação de julho de 2016, pela primeira vez, cobramos uma pequena taxa (R\$ 35,00) pela participação no conjunto das atividades. Em 2017, levando em conta a experiência da Semana de Formação e de outros parceiros que ofertam cursos pagos, queremos construir uma proposta que compatibilize a cobrança de taxas para aqueles segmentos que podem pagar algo por nossas formações com a garantia de gratuidade em um percentual de vagas. O desafio é chegar a uma proposta que esteja sintonizada com nossa história e que contribua para a construção de alternativas de sustentabilidade financeira em tempos difíceis para o país e, em especial, para as organizações de direitos humanos.

A ação política articulada com outras organizações e movimentos continuou sendo tratada como estratégia constitutiva de nossa identidade institucional. Porém, o cenário restritivo em termos de quadros e orçamento em 2016 exigiu que a Ação Educativa realizasse escolhas de espaços de articulação em que avaliamos ser nossa participação mais importante. Também mobilizamos sócias e sócios da instituição para exercer a representação institucional em determinados espaços estratégicos. Além da Campanha Nacional de Educação, voltamos ao comitê de coordenação da Plataforma Dhesca, respondendo ao apelo de entidades parceiras em prol do fortalecimento dessa que é uma das principais redes de direitos humanos do país. Também fomos convidados a coordenar o Grupo de Trabalho de Educação do Projeto Brasil, articulação impulsionada pelo Movimento Sem Terra, setores da academia e movimentos populares, destinada a construir um novo projeto de esquerda para o país, comprometido com justiça social e a sustentabilidade socioambiental. Seguimos acompanhando a Plataforma da Reforma Política e a Associação Brasileira de ONGs (ABONG).

Para além das redes, articulações e fóruns que participamos (dos gerais aos mais específicos), atuamos em alianças pontuais com entidades, instituições em grupos em ações focadas na resistência a determinados retrocessos políticos e jurídicos, por meio de moções, abaixo-assinados e outras ações. O momento político que o país atravessa é extremamente difícil e desafiante, somente fortalecendo e ampliando o arco de alianças, cruzando “pontes”, temos mais chances de resistir aos retrocessos.

Do ponto de vista da governança institucional, o ano de 2016 foi marcado pela implementação de um novo modelo de Colegiado de Coordenação, com encontros mais periódicos e mais voz nas decisões e responsabilidades na implementação das políticas institucionais. Também ampliamos os colegiados ampliados, que possibilitam a participação de todos os funcionários nos debates e posicionamento políticos da instituição. Nesse âmbito, porém, o evento mais relevante do ponto de vista de se buscar um modelo institucional mais adequado aos novos tempos de luta política foi a reunião de sócio/as e amigo/as da Ação Educativa realizada em dezembro. Com a participação de mais de 40 pessoas, o encontro indicou alguns campos em que sócios e ativistas teriam interesse em se engajar: ação em escolas, representação política, litigância junto ao sistema e justiça, pesquisa e publicações. Compartilharam-se sugestões de como a Ação Educativa poderia estar presente no enfrentamento do cenário político e econômico adverso, cumprindo seu papel de fomentar a resistência ao desmonte das políticas que visam equidade e garantia de direitos nos campos da educação, cultura e juventude. Constatou que seria importante atualizar o modelo institucional, diminuindo a dependência de recursos de agências públicas e privadas, ampliando a participação ativista e voluntária de seus membros, assim como o engajamento de pessoas físicas em apoio a suas causas.

Fortalecer a base de sustentação política e financeira da organização junto à sociedade brasileira requer, sabemos, uma ampliação considerável de sua visibilidade. Públicos mais amplos e diversos precisam conhecer a instituição e reconhecer a validade de suas causas e de seus métodos de intervenção. Em 2016, uma importante iniciativa foi tomada para viabilizar avanços nesse sentido: a reformulação do site institucional, facilitando o acesso às informações sobre o que faz Ação Educativa, com que apoios e com que resultados. Após um processo de concepção e desenvolvimento que se estendeu ao longo do ano, a versão beta do novo site da

Ação Educativa entrou no ar em dezembro de 2016. A intenção foi criar um ambiente inovador, com navegação intuitiva e confortável para o usuário. Adotou-se como solução o conceito de site de página única (Single Page Application); como num catálogo, o site disponibiliza ao nosso público já na primeira interação uma visão macro da história da organização, suas principais competências e projetos. O canal favorece ainda a consulta do nosso acervo de publicações. A produção de conteúdo, por sua vez, se intensifica – com um layout moderno, as narrativas multimídias sobre o cotidiano dos projetos, das articulações e parcerias se tornam mais atrativas, com potencial de difusão ampliado, graças a integração do novo site com as nossas redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, Youtube e Soundcloud). Outro ponto forte do novo site são as possibilidades de engajamento: buscando na agenda do Espaço Cultural Periferia no Centro um programa, agendando sua própria atividade no espaço, fazendo *download* de nossas publicações ou fazendo uma doação online, o visitante encontra várias formas de interagir com a organização.

Em síntese, avaliamos que, apesar das adversidades e graças ao compromisso das suas equipes e rede de sócia(o)s e colaboradora(e)s, a Ação Educativa conseguiu abrir portas para a inovação. Paralelamente, não deixou de cumprir compromissos assumidos e alcançar um público numericamente expressivo com seus projetos e iniciativas já consolidadas. Em termos de resultados quantitativos em 2016, podemos destacar:

- Cerca de 5 mil adolescentes e jovens participaram de atividades de formação desenvolvidas no ano; e 96% deles afirmaram reconhecer o desenvolvimento de uma ou mais capacidades – especialmente as de expressão, de trabalho em equipe e/ou de elaboração de projetos.
- Quase um milhão de adultos com defasagens educacionais se beneficiou de programas educativos que utilizam metodologias desenvolvidas pela Ação Educativa e/ou que contam com educadores capacitados em serviço pela Ação Educativa.
- Mais de 30 mil pessoas ligadas a escolas, organizações da sociedade civil e coletivos de jovens participaram de processos de elaboração e monitoramento de planos escolares e planos de educação apoiados pela Ação Educativa.
- 10 municípios e um estado utilizaram métodos de gestão participativa, realizando consultas, promovendo conferências, organizando conselhos com participação da sociedade civil para monitorar os planos de educação e cultura
- A sexta edição do encontro *Estéticas da Periferia* contou com mais de 100 atividades, realizadas em cerca de 50 equipamentos públicos e espaços alternativos mantidos por coletivos culturais. Pela primeira vez organizado de forma descentralizada a partir de territórios delimitados em 15 regiões da cidade, o evento favoreceu a autonomia dos ativistas culturais periféricos e sua integração com os equipamentos da região onde atuam.
- A *Agenda Cultural da Periferia* chegou à 100ª edição, alcançando 1 milhão de exemplares distribuídos ao longo de 10 anos.
- Mais de 25 mil pessoas ou organizações compartilharam em redes sociais ou reproduziram em seus veículos de comunicação (sites, boletins, jornais e revistas) informações

produzidas e/ou disseminadas pela Ação Educativa sobre os planos de educação, cultura e juventude no país, sobre acordos internacionais relacionados a essas áreas firmados pelo Brasil e sobre eventos de natureza política.

Em termos qualitativos, avaliamos que, em meio às tristezas de derrotas e perdas, a Ação Educativa conseguiu manter viva a coragem de mudar e a esperança no futuro, reverenciando e afirmando as raízes das lutas sociais no Brasil: a luta antirracista e contra outras desigualdades, a educação popular e a cultura das periferias, pilares da construção de uma nova sociedade.

Relatório narrativo 2016

Objetivo 1: Promover a educação e a cultura em espaços escolares e não escolares, experimentando e disseminando inovações metodológicas, abordando temas emergentes e cruciais para a ação política e produzindo conhecimentos sobre tais práticas.

Atividades

- Distribuição da Coleção Campo Aberto para 750.505 alunos das séries iniciais do ensino fundamental da educação do campo de todos os estados do país.
- Distribuição da Coleção Viver, Aprender para 1.215.250 alunos da educação da educação de jovens e adultos de todo o país.
- Formação para 110 professores do município de Piedade/SP em apoio ao uso do material didático da Coleção Campo Aberto.
- Formação de representantes de unidades formadoras do Programa TOPA-Todos pela Alfabetização, da Secretaria Estadual de Educação da Bahia
- Formação para um total de 856 professores das redes públicas municipais de São Luís (MA), Açailândia (MA) e Canaã dos Carajás (PA) para que atuem como incentivadores da leitura de seus alunos jovens, adultos e idosos.
- Formação para o uso da coleção "Educação e relações raciais" na rede municipal de Santo André: a) 24 horas de formação para 22 formadores da rede, e 4 horas para 194 educadores.
- Formação sobre o uso da coleção "Educação e relações raciais" para 1054 educadores da rede municipal de Santo André.
- Distribuição de 500 exemplares da cartilha Por Que Discutir Gênero na Escola?, produzida pelas Jovens Agentes pelo Direito à Igualdade de Gênero.
- Realização do projeto de exposição e vídeo Manas & Monas, idealizado, desenvolvido e produzido por jovens e educadores como produto do eixo LGBT do LabCult, Laboratório de Experimentações Culturais, promovido pelo Programa Jovem Monitor/a Cultural.
- Apoio e assessoria a 29 educadores e educadoras na realização de oficinas de orientação profissional para 1045 alunos de 13 escolas, sendo 9 de ensino médio e 4 de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

- Formação na metodologia de orientação profissional Tô no Rumo, para 29 educadores, em parceria com a Universidade Federal do ABC.
- Formação inicial sobre orientação profissional para 86 educadores.
- Realização da oficina Juventude e Escolha Profissional para educadores sociais.
- Realização de oficinas artístico-culturais para aproximadamente 1200 adolescentes que cumprem medida socioeducativa em regime fechado.
- Realização da primeira Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular da Ação Educativa, com o tema “cultura e educação para a resistência”.
- Realização de seis eventos da série Ação em Debate.
- Publicação do caderno Jovens e direito à educação: guia para uma formação política.
- Publicação de um Guia de Oportunidades para jovens.
- Formação continuada para 20 educadores/as que atuam dentro dos centros de internação da Fundação Casa.
- Publicação mensal da Agenda Cultural da Periferia
- Realização do evento comemorativo do Dia do Graffiti, envolvendo intervenções no Espaço Cultural Periferia no Centro, exposição e debates.
- Apoio à realização do Mês do Hip Hop.
- Realização da Mostra Artes Cênicas Estéticas das Periferias.
- Realização do Encontro Estéticas das Periferias.
- Manutenção do Espaço Cultural Periferia no Centro, com programação variada.
- Manutenção do Centro de Eventos da Ação Educativa.

Resultados

Na formação realizada no âmbito do Programa TOPA – Todos pela Alfabetização, da rede estadual da Bahia, os representantes de unidades formadoras foram reunidos em dois processos dedicados de orientação da revisão do processo de avaliação de aprendizagem dos estudantes do Projeto. O trabalho problematizou o conceito de alfabetização para jovens e adultos, por meio da abordagem dos pressupostos metodológicos da Coleção Viver Aprender no que se refere à alfabetização. O trabalho realizado permitiu que formadores da rede pudessem orientar os professores de alfabetização com maior domínio dos pressupostos metodológicos da alfabetização de jovens e adultos.

A formação realizada para professoras(es) da rede municipal de Piedade (SP), tendo em vista a utilização do material didático “Campo Aberto”, teve como finalidade apresentar uma proposta específica para a educação do campo, abrindo o diálogo com educadores acerca da especificidade dessa proposta de trabalho para populações do campo. O diálogo permitiu a troca de experiências entre autores e professores que iriam utilizar aquele material didático.

A formação Educação e Relações Raciais: cumprimento da Lei 10.639/2003 e atendimento às metas 7 e 8 do Plano Municipal de Educação, realizada em Santo André/SP, envolveu um total de 1.681 pessoas entre equipes técnicas de diferentes Secretarias e Departamentos da gestão municipal, gestores/as das escolas, professores/as, Monitores/as de Inclusão Digital, comunidades escolares (familiares, funcionários e alunos/as) e ativistas de movimentos sociais e de

organização de sociedade civil que atuam na agenda das relações raciais no município. Além do Documento de Recomendações para as políticas educacionais, outro produto importante foi a organização do Mapa Colaborativo "Território negro – memória e educação para as relações raciais em Santo André" reunindo o conjunto de 118 referências mapeadas (provisoriamente hospedado em: <http://mapa.kilombagem.net.br/>). A ideia é que esse conteúdo, fundamental para que as comunidades escolares ampliem suas redes de articulação para implementar a Lei 10.639/03 nos territórios, migre para o Observatório de Educação do Município de Santo André após finalizado.

Para subsidiar o trabalho das comunidades escolares houve também a reprodução de 1.000 kits da Coleção "Educação e Relações Raciais – Apostando na participação da comunidade escolar", para distribuição nas unidades escolares da rede pública de Santo André.

Como resultado de um processo formativo oferecido pela Ação Educativa, e sob a orientação da educadora responsável, três jovens mulheres produziram a cartilha Por Que Discutir Gênero na Escola, que teve 500 exemplares distribuídos em escolas públicas.

O projeto/exposição/vídeo Manas & Monas expôs dois ensaios produzidos pelos próprios jovens monitores/as culturais: "Afetar", que apresenta a afetividade LGBT em espaços marcados por violência e agressões a esta comunidade, e "Nuânsias", que questiona as representações de gênero corporais. Essa iniciativa adensou a reflexão sobre agenda política LGBT no contexto da produção cultural na Cidade de São Paulo, proporcionando produtos artísticos de elevada criação estética e contundente crítica às violações cotidianas a que está submetida este segmento da população. O vídeo se mantém na página da Ação Educativa no Youtube com 5900 visualizações e segue sendo utilizado e exibido em diferentes atividades ligadas ao tema. Já a exposição será objeto de um edital do PROAC – Programa de Ação Cultural da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e será reformulada e ampliada para novas exposições.

As oficinas sobre escolha, formação e inserção profissional, realizadas em escolas com o apoio e assessoria da Ação Educativa, variaram de formato de acordo com a realidade de cada espaço educativo, mas tiveram entre 15 e 24 horas de duração. As atividades promoveram reflexões e ofereceram aos jovens informações a respeito de aspectos variados do processo de escolha profissional. Nos relatórios e na avaliação presencial de educadores foram destacados como resultados: uma maior adesão ao ambiente escolar, engajamento na continuidade dos estudos e na busca pelo 1º emprego, maior acesso a informações sobre profissões e cursos de ensino técnico, superior e cursinhos populares.

No âmbito do projeto Arte na Casa, que oferece oficinas de arte-educação para adolescentes que cumprem medida socioeducativa com privação de liberdade, cada adolescente participou de ao menos uma oficina de arte durante seu período de internação. Foram realizadas atividades externas e também várias atividades com grupos e artistas do Estado de São Paulo, organizando dentro dos centros de internação apresentações teatrais, musicais, circenses, mostra de filmes, exposições, etc. Dados coletados por meio de instrumentais avaliativos mostram que a maioria dos/as jovens que frequentam os cursos gosta de realizar atividades de artes e considera importante tal atividade. Eles/as gostam dos temas abordados, dos/as educadores/as e reclamam muito que o tempo é curto e que o que atrapalha é a dinâmica da

unidade, como cancelamentos de aula, impossibilidade de tomar banho após as aulas que mexem com o corpo e o tratamento das unidades. Ainda não foi possível mensurar qual o alcance que estas atividades têm quando estes/as jovens estão fora da privação de liberdade.

Não obstante as condições precárias e a instabilidade inerentes à Fundação Casa, as oficinas oferecidas pela Ação Educativa vêm tendo um ganho de qualidade importante, decorrente da maior estabilidade do corpo docente e da melhor preparação das aulas por parte dos educadores. O convênio foi renovado por mais 5 anos a partir de agosto de 2016. Temos, portanto, mais de quatro anos de trabalho para seguir aperfeiçoando nossas oficinas. Almejamos para 2017 a produção de uma nova edição do livro *Arte na Medida* a fim de atualizar as metodologias e refletir sobre os aprendizados com o projeto nos últimos quatro anos.

A formação na metodologia de orientação profissional Tô no Rumo teve por objetivo fornecer subsídios teóricos e práticos para o trabalho educativo com jovens, tendo como ênfase questões relacionadas à escolha profissional, à inserção de jovens no mundo do trabalho e às possibilidades de continuidade dos estudos após a conclusão da educação básica. Dos 32 educadores que participaram da formação na metodologia de orientação profissional Tô no Rumo, 29 receberam certificação. A avaliação do curso foi bastante positiva, sendo que 90% dos participantes apontaram ter aprendido bastante sobre a questão e 10% apontaram ter aprendido um pouco a respeito.

Foi ofertado apoio técnico e material para os participantes do curso implementarem, em seus espaços educativos, as oficinas junto a jovens – 10 dos (as) participantes da formação conseguiram realizar o ciclo de oficinas.

O principal objetivo da Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular era o de reafirmar os direitos humanos, de promover a educação popular e de fortalecer a resistência frente aos retrocessos da conjuntura política. Como uma ação de resistência, 29 atividades colocaram em pauta e debateram os retrocessos e os avanços possíveis no campo dos direitos humanos, discutindo as estratégias de ação, assim como valorizando o papel e a relevância da Educação Popular. Construída por uma frente de entidades e movimentos, o evento convidou seus mais de 150 participantes a tomarem parte das atividades da semana toda, em um processo coletivo de debates e busca de alternativas de ação, contando inclusive com um grupo de voluntariado de 14 pessoas e mais de 50 formadores/as.

Dos participantes que avaliaram a produção e as atividades, 100% indicaram que gostariam de participar de novas edições da Semana. Diversas atividades foram organizadas em parceria com outras instituições - como a Anistia Internacional, o Geledés Instituto, a Iniciativa Desacelera São Paulo, a Escola de Governo, entre outras. O evento como um todo foi apoiado pela Fundação Rosa Luxemburgo, pela Action Aid e pela Oxfam e foram cobradas inscrições no valor de R\$ 35,00, que permitiam a participação em todas as atividades. Pretende-se realizar a atividade novamente em 2017.

Todos os seis encontros da série Ação em Debate foram realizados em parceria com a Escola de Governo. Eles se voltaram à discussão de importantes questões da conjuntura: a reorganização escolar implementada pela secretaria de educação de estado de São Paulo; o papel da mídia no fortalecimento da democracia; o lugar da agenda socioambiental na conjuntura de

crise; o plano nacional de educação e os objetivos de desenvolvimento sustentável; o direito à cidade e a disputa eleitoral; religião e poder. Os encontros foram todos transmitidos ao vivo pela internet e são mantidos na íntegra no canal da Ação Educativa no Youtube. Em 2016, houve 227 participantes no total e buscar-se-á manter a atividade no ano de 2017, trazendo algumas novidades para atingir um maior público e dar mais visibilidade à ação – como a gravação de curtos vídeos de chamada com os participantes e debatedores e a parceria com outros projetos correntes na Ação Educativa.

O caderno Jovens e Direito à Educação: guia para formação política foi elaborado com base na experiência de formação de jovens acumulada pela Ação Educativa no âmbito do projeto Jovens Agentes Pelo Direito à Educação, realizado entre 2008 e 2015. A publicação disponibiliza referências de temáticas, atividades e materiais que auxiliaram na construção do fecundo diálogo com jovens e compartilha o aprendizado sobre o que elas e eles pensam sobre seus direitos, sobre a escola, sobre a educação. Entre as questões abordadas, estão as lutas sociais por escolas, a legislação, as diferentes concepções de qualidade e as dimensões de gênero e raça na educação. O livro ganha ainda mais importância no atual contexto com reformas educacionais sendo impostas sem participação social e com a resistência de estudantes. O objetivo é que o material seja utilizado tanto por educadoras e educadores quanto por jovens, como fonte de informação e instrumento de autoformação política.

A publicação do Guia de Oportunidades para jovens, com 1500 exemplares impressos, permitiu aos jovens participantes das Oficinas Tô no Rumo acessarem um conjunto de informações sobre equipamentos e políticas públicas no campo da educação e do trabalho, estratégias para o desenho de caminhos de continuidade de estudos e de inserção profissional.

O site Tô no Rumo (tonorumo.org.br), que reúne informações e artigos a respeito de escolha, formação e inserção profissional, bem como um espaço de interação mais dirigido às dúvidas de jovens e educadores, foi atualizado com 81 posts (6,75 postagens/mês), teve média de 31 mil visitantes únicos/mês e 40 mil pageviews/mês.

Os encontros semanais de formação continuada dos/as educadores/as que atuam dentro dos centros de internação da Fundação Casa abordaram temas pertinentes ao mundo juvenil, direitos, gênero, raça, artes e metodologia e didática. As avaliações, realizadas a cada encontro, revelam a importância deste momento de compartilhamento das questões cotidianas do trabalho e do contato com temas que possam ampliar seus repertórios. Os/as educadores/as consideraram dois dos encontros como os mais marcantes do ano: uma formação com a cineasta Viviane Ferreira, fundadora da Odum Formação e Produção e realizadora do curta metragem O Dia de Jerusa, abordando cinema brasileiro e cinema negro; e uma outra com o historiador Rafael Galante, abordando o papel social da música na construção da identidade afro-brasileira. Tais formações contribuíram para acentuar a importância da temática racial no conteúdo das diferentes oficinas oferecidas pela Ação Educativa.

A Agenda Cultural da Periferia chegou à 100ª edição no ano de 2016, alcançando 1 milhão de exemplares distribuídos ao longo de 10 anos. A difusão dos eventos é amplificada pelo programa na rádio Heliópolis FM, na rádio comunitária da União de Moradores de Heliópolis, a maior favela de São Paulo, e pelo site www.agendadaperiferia.org.br. Estamos cada vez mais

convictos de que a expansão da divulgação dos eventos passa pela ampliação do site e pelo desenvolvimento de ferramentas tecnológicas como aplicativos. A edição impressa, por sua vez, deve ser acrescida de textos como reportagens, entrevistas, ensaios críticos e fotografia. Essa modernização é urgente e decisiva para manter o guia cultural como um produto fundamental para a difusão da produção cultural da periferia de São Paulo.

Tendo como homenageado o grafiteiro Mauro Néri, oriundo do Coletivo Imagem que atua no bairro do Grajaú, no extremo sul da Cidade, a Exposição comemorativa do Dia do Graffiti em 2016 cumpriu sua missão de promover a arte produzida nas bordas da metrópole. Foram 27 trabalhos expostos e cerca de 40 grafiteiros/as participaram das performances. Importante destacar a crescente participação de mulheres tanto na curadoria quanto na pintura do prédio e na exposição. Tal presença demonstra a centralidade que as mulheres vêm tendo na cena do graffiti e coloca a Ação Educativa como um espaço de referência para o graffiti feito por meninas. Esse aspecto tende a ser acentuado em 2017 quando a homenagem da exposição será dada a uma mulher.

O processo de organização do Dia do Graffiti, que tem como base três encontros presenciais com o grupo curatorial, produziu uma importante reflexão sobre o estágio atual do graffiti na Cidade de São Paulo, apontando uma bifurcação que tem de um lado a expansão do graffiti como arte pública, fomentada pelo Poder Público, resultando em murais de grande escala como os da Avenida 23 de Maio (ligação Norte – Sul da Cidade), e a aproximação do graffiti com o pixo, grafia urbana marginalizada dada a qualificação de crime que lhe é imposta. O evento comemorativo do Dia do Graffiti, realizado desde 2004 na Ação Educativa, soube captar essa tensão e mais uma vez demonstrou ser um espaço privilegiado de discussão entre os que fazem graffiti nas ruas. Como consequência dessa percepção, ficou decidido pelo comitê organizador que a edição de 2017 homenageará uma grafiteira (como já estava definido) com trajetória no pixo e que haverá um ciclo de debates que discutirá o que é, afinal, graffiti nos dias de hoje.

A Ação Educativa atuou como apoiadora do Mês do Hip Hop que, como anuncia o título, transcorreu durante 30 dias entre os meses de março e abril. Foi o maior evento do gênero na Cidade de São Paulo, envolvendo um financiamento de grande porte (cerca de R\$ 2 milhões) por parte da Prefeitura e uma gestão participativa com forte presença dos grupos de hip hop. A Ação Educativa colaborou na programação para a Região Central, além de abrigar o comitê organizativo local e divulgar o evento com destaque de capa na edição da Agenda Cultural da Periferia daquele mês. Ter contribuído para o êxito do mês do Hip Hop foi importante para consolidar o evento que tem respaldo em Lei Municipal e o acompanhamento do Ministério Público e Procuradoria do Município, além dos auspícios da Câmara Municipal. Tal articulação assegurou o compromisso de realizá-lo por parte da nova gestão da Prefeitura evitando descontinuidade.

No âmbito da Mostra Artes Cênicas Estéticas das Periferias foram realizadas 11 apresentações, sendo sete no Espaço Cultural Periferia no Centro e quatro no âmbito da Programação do Encontro Estéticas das Periferias, em locais como Capão Redondo, Jardim, São Luiz, Grajaú e Taboão da Serra. Realizar a metade dos espetáculos previstos no projeto com apenas 25% do

respectivo orçamento captado foi um feito de grande relevância que manteve ativa a mostra anual, cuja realização é importante para assegurarmos um espaço regular e permanente de apresentações artísticas, proporcionando aos grupos uma oportunidade para expor e desenvolver seus projetos artísticos, reforçando o lugar da Ação Educativa na cena cultural da periferia também como um espaço para apresentação artística e não só difusão e apoio à produção.

A sexta edição do encontro Estéticas da Periferia foi realizada na última semana de agosto, como tem sido nos últimos anos. Foram mais de 100 atividades, realizadas em cerca de 50 equipamentos públicos e espaços alternativos mantidos por coletivos culturais. O evento de abertura contou com a presença do então Prefeito da Cidade, Fernando Haddad. A programação cultural foi precedida de um ciclo de debates realizado no Centro de Pesquisa e Formação do SESC, no qual seis mesas debateram os eixos curatoriais do Encontro Estéticas das Periferias. A edição de 2016 do Encontro foi organizada de forma descentralizada a partir dos territórios em 15 regiões da cidade. Essa forma de organização aprofundou as alianças locais com gestores de equipamentos e deu autonomia aos grupos organizadores. Tal formato será mantido e aprofundado para a edição de 2017. Os debates no SESC permanecerão como forma de qualificação da reflexão sobre a produção cultural periférica atraindo o interesse de pesquisadores e a descentralização aproximou o agente cultural dos gestores públicos locais.

Com uma programação regular de samba, exposições, RAP, Teatro, Funk e sarau literomusical, o Espaço Cultural Periferia no Centro manteve sua programação com média de público de 30 mil pessoas por ano (50% do público que frequenta a sede da Ação Educativa). Objeto de uma reformulação de gestão em curso, o Espaço Cultural vive a expectativa de ampliar o alcance de sua programação, bem como da diversificação de suas linguagens. O RAP está cedendo lugar para o Jazz e grupos culturais que utilizam o espaço para ensaios farão apresentações como forma de compensar o uso gratuito do espaço. Essas, entre outras medidas, estão sendo tomadas e darão um incremento ao Espaço Cultural Periferia no Centro já a partir de 2017.

O Centro de Eventos da Ação Educativa, a partir de 2016, passou a ser um espaço com mais autonomia, capaz de responder às demandas de serviço que lhe são atribuídas e ao mesmo tempo ser propositivo, no sentido de atrair e produzir atividades e eventos internos e externos que ampliem sua atuação no campo da cultura, juventude e educação a partir de conexões com outros atores que frequentam ou que estão na órbita da sede da Ação Educativa. Um destaque nesse sentido é a ampliação da cessão de espaço para grupos ensaiarem espetáculos em suas dependências. Tais grupos assumiram o compromisso de fazer apresentações no local ou abrir seus ensaios para o público. Outra iniciativa para 2017 será a acolhida de um cursinho pré-vestibular voltado para a população trans.

Objetivo 2 - Implementar iniciativas educacionais e culturais em territórios periféricos, ampliando a capacidade de grupos e movimentos que ali atuam de incidir nas políticas públicas e melhorar suas condições de vida.

Atividades

- Formação de três jovens agentes pelo direito à igualdade de gênero - Jadig.
- Apoio às jovens agentes pelo direito à igualdade de gênero na produção e impressão da cartilha Por que discutir gênero na escola?
- Realização de debate sobre relações de gênero na escola, no CEU Sapopemba, como parte do lançamento da cartilha Por que discutir gênero na escola?
- Formação (200 horas) para 10 jovens, com foco em direitos humanos, raça, gênero e segurança pública.
- Realização de 8 grupos de diálogo sobre "Que Segurança Pública Queremos?", com a participação de 137 jovens.
- Formação (64 horas) sobre direitos da juventude para 20 jovens de Sapopemba e São Mateus.
- Formação (12 horas) sobre enfrentamento ao racismo e ao sexismo para 20 jovens mulheres negras, reunidas no HUB das jovens negras.
- Formação (280 horas) para 132 jovens no âmbito do Programa Jovem Monitor Cultural, da Secretaria Municipal de Cultura.
- 150 horas de formação na metodologia de Pesquisa Educativa de Opinião, para 54 professores.
- Animação de 10 polos de futebol de rua, atendendo 245 jovens.
- Apoio a e divulgação de eventos culturais promovidos por grupos culturais periféricos.

Resultados

No âmbito do projeto Jovens Agentes pela Igualdade de Gênero, três jovens mulheres que haviam participado, em 2015, da formação em direito à educação, e que estavam bastante mobilizadas pela temática de gênero, receberam uma bolsa e uma formação complementar para desenvolver um material de divulgação sobre a temática, que tivesse uma linguagem acessível e atrativa para jovens. O material produzido pelas jovens tomou o formato de uma cartilha e foi intitulada "Por que discutir gênero na escola?", abordando, a partir da ótica da juventude, diversas questões relativas à desigualdade entre os sexos, a sexualidade, afetividade, orientação sexual e identidade de gênero, e que estão presentes no espaço escolar. Foram impressas e distribuídas 1500 cartilhas e realizado um evento de lançamento no CEU Sapopemba, com a presença de cerca de 70 pessoas.

Os dez jovens participantes do projeto Segura Essa Ideia: Jovens Agentes Pelo Direito à Segurança, todos moradores da região de Sapopemba e São Mateus, na zona Leste da cidade, receberam uma formação acerca de direitos humanos, raça, gênero e segurança pública, e sob a orientação da equipe do projeto, conduziram oito grupos de diálogo sobre problemas e

respostas para a segurança pública na região de Sapopemba e São Mateus. Os grupos envolveram 180 moradores, jovens e profissionais que atuam com juventude e seguiram a metodologia de pesquisa Choice Work Dialogue. Os resultados do diálogo foram sistematizados em um relatório de pesquisa, que em 2017 deverá ser apresentado e debatido com moradores da região. Os jovens realizaram também uma intervenção cultural, na forma de um painel de grafite, na escola estadual Chibata Miyakoshi, em São Mateus.

O projeto Juventude com Direitos, realizado em parceria com a Oxfam Brasil, busca a mobilização e articulação de jovens de Sapopemba e São Mateus na defesa e promoção de seus direitos. Em 2016 foi realizada uma parte do primeiro ciclo formativo em torno de direitos da juventude, raça e gênero, alcançando um grupo de 20 jovens homens e mulheres com idades entre 16 e 21 anos, além de uma oficina aberta, realizada pelo produtor cultural Eduardo Brechó, para 45 jovens moradores de São Mateus a respeito da relação entre música, identidades e questões da juventude negra periférica, especialmente a partir do funk e do hip hop.

No HUB das jovens negras, que reúne 20 jovens ativistas em diferentes espaços, foi possível refletir acerca da especificidade da atuação autonomista e pouco institucionalizada das jovens mulheres negras em São Paulo. E, a partir do modo como essas mulheres de forma mais autônoma (não individualista) atuam em seus territórios, também se apresentou a necessidade de refletir sobre como incidir politicamente nos dias atuais, período em que se registra um avanço do conservadorismo e o fechamento do poder público em relação aos movimentos sociais.

A capacitação profissional do Programa Jovem Monitor Cultural - PJMC abordou conteúdos práticos, como produção cultural, arte-educação, comunicação e elaboração de projetos, mas também investiu em uma formação cidadã, que parte da identidade dos jovens abordando conteúdos como direito à cidade, políticas públicas de cultura e de juventude, relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade.

No segundo semestre de 2016, como parte de uma atividade da formação, os jovens visitaram o Itaú Cultural (centro cultural mantido pelo Banco Itaú sediado na Avenida Paulista). Nessa visita, a desenvoltura e o interesse dos jovens chamaram a atenção dos responsáveis pelo Setor Educativo. Tal interesse resultou no convite para que os jovens participassem de um processo seletivo para estagiários da Instituição. Após o processo, os jovens do Programa foram selecionados para 12 das 16 vagas abertas no setor. Outros jovens ainda foram encaminhados a outros setores, de acordo com os perfis.

Uma pesquisa realizada junto a 80 dos 132 jovens concluintes identificou que 51% estão empregados ou estagiando na área da cultura ou em áreas próximas, 35% estão em busca de oportunidades e 14% estão se dedicando a outras atividades (estudos, questões de saúde, exército etc.). Na avaliação final, respondida por 63% dos participantes, todos os respondentes afirmaram que a participação do Programa ampliou o repertório a respeito dos temas: direito à cidade, relações étnico-raciais, gênero e sexualidade e políticas públicas e participação.

Dez dos onze polos de futebol de rua foram mantidos. O polo da cidade de Osasco, formado por pessoas em situação de rua, foi desarticulado. Houve perda de 20% dos praticantes (60

jovens) e apenas um dos dois encontros da Rede Paulista de Futebol de Rua foi realizado, ainda assim, parcialmente, uma vez que a chuva interrompeu o evento.

Entretanto, essa queda numérica e a impossibilidade de realização dos encontros da Rede Paulista de Futebol de Rua não comprometeram o trabalho do dia a dia dos polos que vêm cumprindo sua missão de pautar questões relacionadas aos direitos humanos por meio da prática do futebol de rua.

Cabe ressaltar que a Ação Educativa participou e venceu a Copa Cachu Rodriguez, realizada em outubro na Argentina, com uma equipe formada por sete mediadores, quatro meninas e três meninos. Tal conquista veio se somar ao título da Copa América de Futebol de Rua alcançado pela equipe de São Paulo em 2015 também na Argentina, posicionando o Brasil entre as principais equipes de futebol de rua da América Latina. Essa condição amplia nossas perspectivas de fortalecimento da Rede Paulista de Futebol de Rua, pois a maior visibilidade contribuirá para aumentar nossas possibilidades de captação de recursos e de fortalecimento e expansão dos polos.

Foram apoiados três eventos culturais: 1) Noite dos Tambores – festival de percussão promovido pelo Umojá; 2) Festival Percursos – evento de promoção da economia solidária da cultura, organizado pela Agência Solano Trindade; 3) FELIZS – Festa Literária da Zona Sul – feira de livros, encontro com autores, debates e oficinas em torno do livro e da leitura, evento realizado pelo Sarau do Binho. Tais apoios fortaleceram nossas alianças com importantes atores da cena cultural periférica de São Paulo e sua realização representa a conquista de autonomia e qualificação dos grupos culturais para realização de suas próprias atividades fazendo uso de editais de fomento, inclusive de Leis de Incentivo Fiscal, dispositivos que até um tempo atrás estavam muito fora do alcance desses grupos. Isso demonstra, em certa medida, a eficácia de nossa atuação pautada nesse tipo de estratégia há anos.

Objetivo 3 - Fortalecer redes de atores que promovem mobilização social e incidência em políticas públicas – em âmbito local, nacional e internacional – tendo em vista os direitos educacionais, culturais e da juventude.

Atividades

- Formação de educadores da rede municipal de Santo André para uso da Coleção Educação e Relações Raciais: apostando na participação da comunidade escolar. Apoio à utilização dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais nas escolas da rede municipal de Santo André (SP).
- Assessoria à Secretaria Municipal de Educação de Santo André (SP) no processo de monitoramento participativo do Plano Municipal de Educação.
- Representação junto à PFDC – Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão solicitando investigação nacional sobre a atuação organizada de grupos fundamentalistas e do movimento Escola Sem Partido de ameaçar e perseguir escolas e gestões municipais e estaduais de educação que abordam questões de gênero, raça e sexualidade na sala de aula. A representação foi apresentada à PFDC em parceria com o Geledés (Instituto da Mulher Negra), a Ecos (Comunicação em Sexualidade), o Cladem (Comitê Latino-americano e do

Caribe dos Direitos da Mulher), a ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), o Cfêmea (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação. (resultado 2)

- Participação em reuniões e em oficina de trabalho promovida pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) do INEP com vistas à elaboração da proposta de regulamentação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb), conforme disposto no artigo 11 do PNE - Plano Nacional de Educação.
- Produção, em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, de um posicionamento para o Comitê dos Direitos da Criança da ONU.
- Produção, em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, de uma análise sobre o Relatório Periódico Universal.
- Finalização da 2ª edição do curso à distância "A Prática em curso: a participação nos Planos de Educação", parte da iniciativa Reconhecimento Público De Olho nos Planos.
- Realização do evento nacional do Reconhecimento Público De Olho nos Planos, destinado a valorizar experiências locais de promoção da participação popular na elaboração e monitoramento dos Planos de Educação.
- Participação no XXVI Encontro Nacional da UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, disseminando a Iniciativa De Olho nos Planos junto aos conselheiros municipais de educação do país. Além da participação em duas mesas de debate, na ocasião foram distribuídos 1.500 folhetos "Monitoramento Participativo: fortalecendo a gestão democrática em prol da concretização dos Planos de Educação" e foi lançado o vídeo sobre os resultados do Reconhecimento Público De Olho nos Planos.
- Coordenação do processo de construção dos Indicadores da Qualidade na Educação – Ensino Médio, realizado em parceria com o Unicef.
- Realização do encontro "O direito humano à educação em prisões", como parte das atividades da Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular – cultura e educação para resistência. A atividade foi realizada em parceria com a Pastoral Carcerária, a Defensoria Pública de São Paulo (Núcleo de Situação Carcerária) e a UNIFESP.
- Apoio e participação no Movimento pela Lei de Fomento à Periferia. O apoio se deu por meio de cessão de espaço para a realização de reuniões do movimento e pela organização de encontro dos ativistas do movimento com os 130 jovens participantes do Programa Jovem Monitor Cultural que estavam em formação na Ação Educativa.
- Participação nas Redes de Pontos de Cultura – paulista, nacional e latino-americana.
- Atuação no processo de construção do Plano Municipal de Cultura da cidade de São Paulo.
- Publicação, em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público, do Guia O Ministério Público e a Igualdade Étnico-Racial na Educação.
- Coordenação do Grupo de Trabalho de Educação do Projeto Brasil.
- Como parte do Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Educação Infantil (GTIEI), que integra o Comitê de Assessoramento à Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça de São Paulo, a Ação Educativa promoveu com os parceiros um encontro com os candidatos à Prefeitura de São Paulo sobre as propostas para a Educação Infantil no município.

- Participação na Assembleia da Plataforma Dhesca, na qual a Ação Educativa foi eleita para integrar a coordenação colegiada dessa rede de direitos humanos.
- Participação como integrante do comitê de coordenação da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- Participação na Coordenação do Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado de São Paulo e da Coordenação Nacional do CEAAL – Conselho de Educação de Adultos da América Latina. Participação na Assembleia do CEAAL.
- Participação, como entidade animadora, no Grupo de Educação nas Prisões, que reúne entidades que atuam no estado de São Paulo.
- Participação como integrante do Fórum Estadual de Educação, do Fórum Municipal de Educação, do GT Educação da Rede Nossa São Paulo e do Comitê Estadual da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.
- Realização de uma oficina sobre Gênero e Raça na Educação de Jovens e Adultos para representantes dos Fóruns Estaduais de Educação de Jovens e Adultos que participaram da Confintea +6. A Oficina teve como base o artigo Gênero e Raça: a EJA como política de ação afirmativa, texto do livro A EJA em Xeque, publicado pela Ação Educativa em 2015.
- Integrante do Grupo de Apoio e Reflexão ao Processo do Fórum Social Mundial (GRAP). Participação no Fórum Social Mundial 2016, realizado em janeiro, em Porto Alegre (RS).

Resultados

O trabalho de formação em educação e relações raciais realizado em Santo André durante oito meses possibilitou o desenvolvimento de um processo articulado no município entre gestão educacional, unidades escolares, movimentos sociais e organizações de sociedade civil comprometido com o fortalecimento da luta antirracista no campo da Educação.

Foi a primeira vez que a Ação Educativa implementou em uma rede de ensino o desenho metodológico proposto na Coleção Educação e Relações Raciais, desenvolvida pela instituição. Os acúmulos e aprendizagens decorrentes das ações desenvolvidas em Santo André serão referenciais para uma experiência em escala maior a ser realizada em 2017 na rede de ensino médio do estado de Minas Gerais.

Em Santo André, a formação de 203 profissionais de educação da rede de ensino e a utilização em escala piloto dos Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola por 21 unidades escolares resultou num Documento de Recomendações para as políticas públicas, comprometido com o cumprimento das Metas 7 e 8 do Plano de Educação de Santo André e do Plano Nacional de Educação. Tais metas têm como foco, respectivamente, a melhoria da qualidade educacional e o enfrentamento das desigualdades raciais na educação. Uma demanda muito abordada pelas comunidades escolares no Documento foi a necessidade de processos de formação periódicos sobre educação e relações raciais, o que fortaleceria os diferentes atores no enfrentamento do racismo na educação.

Destaca-se também como resultado de uma oficina de trabalho estratégico promovida pela Ação Educativa com entidades do movimento negro e de outras instituições¹, e de ações de incidência desse grupo junto à presidência do Inep, o lançamento em 2016 do texto “A cor ou raça nas estatísticas educacionais: uma análise dos instrumentos de pesquisa do Inep”. Elaborado por Adriano Souza Senkevics, Taís de Sant’Anna Machado, Adolfo Samuel de Oliveira - pesquisadores do Inep - o texto foi construído como resposta às demandas apresentadas pelo grupo de entidades, sintetizadas em uma carta entregue ao Inep. O texto constitui subsídio para o alinhamento interno dos procedimentos metodológicos do Instituto visando a qualificação do preenchimento do quesito raça/cor nas pesquisas educacionais. No Brasil, há uma grande subnotificação do preenchimento do quesito raça/cor na educação. Tais informações são fundamentais para o monitoramento, avaliação e planejamento de políticas comprometidas com o enfrentamento das desigualdades raciais na educação, entre elas, as políticas de ação afirmativa.

A Ação Educativa em parceria com outras organizações apresentou uma representação à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal, solicitando investigação nacional sobre as ameaças e a perseguição realizadas por grupos fundamentalistas religiosos e do movimento Escola Sem Partido contra escolas públicas e profissionais de educação. Uma das ações desses grupos foi a disseminação por meio da internet de um modelo de notificação extrajudicial a ser utilizado por famílias e entidades para questionar a abordagem das questões de gênero, raça e sexualidade em instituições de educação pública. Além da representação, a Ação Educativa, o Geledés – Instituto da Mulher Negra, a Ecos – Comunicação em Sexualidade, o Cladem e a ABGLT lançaram em 2016 um folheto orientador às escolas públicas do país sobre como agir em caso de recebimento dessas notificações extrajudiciais e de outras ameaças realizadas por esses grupos. Disponibilizado no site gênero e educação, o folheto foi reproduzido em diferentes lugares do país.

Em resposta à representação, a PFDC divulgou em 2017 uma nota técnica afirmando ser inconstitucional o uso de tais notificações extrajudiciais e a atuação persecutória desses grupos. A nota aponta que o modelo de notificação “incorre em inconstitucional discriminação ao referir-se de forma preconceituosa à homossexualidade, bissexualidade e transsexualidade (...) como critério para a diferenciação entre o que deve e o que não deve ser falado em ambiente escolar”. Além disso, o documento afirma que a “censura a assuntos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero nas escolas constitui grave obstáculo ao direito fundamental de acesso e permanência de crianças e adolescentes na escola, pois contribui para um ambiente

¹ Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação; CEERT - Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades; FCC - Fundação Carlos Chagas; Geledés Instituto da Mulher Negra; ICEAFRO – Instituto de Educação para a Igualdade Racial e de Gênero; INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Instituto AMMA Psique & Negritude; LAESER – Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais; SEPPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; UFSCar – Universidade Federal de São Carlos.

hostil no qual as diferenças não são respeitadas, dificultando o aprendizado e o processo de socialização”.

Destaca-se também em 2016 a incidência em parceria com Geledés, Ecos e Cladem junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE), para que o órgão do Ministério da Educação elabore duas normativas educacionais: as Diretrizes Nacionais de Educação, Gênero e Sexualidade e o Estabelecimento de Limites Negativos à Presença das Religiões na Educação Pública. As duas normativas foram aprovadas em 2014 na Conferência Nacional de Educação, propostas com base nos trabalhos da Relatoria Nacional de Educação da Plataforma DHESCA (2012) e do Informe Brasil - Gênero e Educação (2013).

Observa-se também que a Ação Educativa em parceria com outras entidades monitorou a tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade 4439 no Supremo Tribunal Federal (STF) referente ao ensino religioso confessional em escolas públicas. Em 2014, a instituição foi responsável pela elaboração de um *Amicus Curiae*, defendendo a inconstitucionalidade do ensino religioso confessional em escolas públicas. O *Amicus* foi assinado por um conjunto de instituições parceiras.

O diálogo promovido pelo Inep para a construção da proposta de regulamentação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, contou com a participação ativa da Ação Educativa. A Ação Educativa levou para as reuniões e para a oficina de trabalho, todo o seu acúmulo com relação à avaliação institucional participativa, à avaliação na educação de jovens e adultos, à avaliação para superação de desigualdades e valorização das diversidades, em especial, às referentes à articulação gênero e raça. Do processo, que contou também com a Campanha Nacional de Educação e com pesquisadoras(es) do campo da avaliação, resultou uma portaria, publicada em 5 de maio de 2016, ainda no governo Dilma, instituindo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb). O texto estabelecia como objetivo principal do Sistema, a superação das desigualdades educacionais e destacava a importância da autoavaliação institucional participativa, das escolas e das redes de ensino, para a melhoria da qualidade na educação. No entanto, o governo instituído após o processo de impeachment da presidenta Dilma, já no mês de agosto, revogou a portaria.

No âmbito internacional, os relatórios produzidos em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação serviram de insumos para a atuação da sociedade civil e se constituíram em fato político. O posicionamento para o Comitê dos Direitos da Criança produziu um conjunto de orientações sobre retrocessos ocorridos em 2015 que colocam em risco os direitos das crianças no Brasil. O documento foi entregue durante a revisão do Brasil no Comitê da ONU, em Genebra, na Suíça, em 2016, e resultou na adoção pelo Comitê dos Direitos da Criança das orientações elencadas pela Ação Educativa e parceiros e no consequente questionamento feito pelo Comitê ao governo brasileiro.

O segundo documento, diz respeito à Revisão Periódica Universal, mecanismo das Nações Unidas no qual os países fazem recomendações uns aos outros e são avaliados pela organização em temas que precisam melhorar para a garantia da defesa dos direitos humanos. Tendo em vista que o Brasil seria submetido à avaliação em 2017, o documento produzido reuniu questões centrais para a garantia do direito à educação no país com o objetivo de subsidiar os

encontros preparatórios e os questionamentos ao governo brasileiro. Entre os temas abordados estão: a EC 95/2016, sobre o teto dos gastos públicos; a laicidade na educação; discriminação de gênero e orientação sexual; e o avanço da privatização da educação em todas as etapas e modalidades da educação.

No âmbito do projeto de formação em Santo André/SP, 21 escolas do município construíram planos de ação de forma participativa envolvendo professores, familiares, alunos, funcionários das unidades educacionais, equipes técnicas da Secretaria de Educação e das escolas. Como resposta à proposição da Ação Educativa ao Comitê Interfederativo de Santo André, o Conselho Municipal de Educação de Santo André elaborou normativa instituindo o ciclo de autoavaliação participativa escolar e da rede de ensino a cada ano.

Com base nessa e em outras experiências desenvolvidas pela instituição, a Ação Educativa – como parte da Iniciativa De Olho nos Planos - vai lançar em 2017 uma campanha nacional estimulando os conselhos municipais de educação a regulamentarem a autoavaliação participativa nas redes de ensino. Nessa perspectiva, em 2016, a Ação Educativa deu início à produção de um vídeo destinado a estimular a autoavaliação participativa em escolas e redes de ensino de todo o país, tendo como base o uso da metodologia da coleção Indicadores da Qualidade na Educação, desenvolvida pela instituição em parceria com o Unicef e outros parceiros. Com a derrubada da portaria que instituía o Sinaeb, a estratégia proposta por meio da Iniciativa de Olho nos Planos para fortalecer o lugar da avaliação institucional participativa é estimular a regulamentação da autoavaliação participativa pelos municípios.

O Reconhecimento Público De Olho nos Planos teve como objetivo valorizar e dar visibilidade pública a experiências de participação na construção e no monitoramento dos Planos de Educação. No evento nacional da iniciativa, realizado durante o XXVI Encontro Nacional da Uncme, em Palmas, no Tocantins, representantes de 12 coletivos apresentaram suas experiências de construção e implementação de propostas de monitoramento participativo de plano de educação. Dez municípios e um estado de diferentes regiões do país receberam o Reconhecimento Público.

O evento público foi precedido de todo um processo que envolveu desde a mobilização para a inscrição de experiências, passando pela realização do curso a distância A Prática em curso: a participação nos Planos de Educação para os 449 profissionais da educação e integrantes de conselhos municipais de educação e fóruns de educação inscritos até a análise das experiências sistematizadas pelas pessoas participantes. Muitas das aprendizagens desse processo constaram do conteúdo do folder Monitoramento Participativo De Olho nos Planos, lançado no Encontro Nacional da UNCME, e da elaboração do vídeo Monitoramento Participativo, a ser lançado em 2017 pela Iniciativa De Olho nos Planos.

No âmbito do projeto de assessoria em Santo André/SP foi constituído um Comitê Municipal de Articulação Interfederativa, previsto no Plano de Educação de Santo André e uma inovação institucional que visa concretizar as formas de colaboração entre município, estado, União e sociedade civil em prol da melhoria da qualidade educacional.

Composto por 10 profissionais representantes da Secretaria Municipal de Educação (02), Diretoria de Ensino de Santo André (02), Universidade Federal do ABC (02), Conselho Municipal

de Educação (02) e Fórum Municipal de Educação (02) esse grupo se reuniu em oito (08) reuniões mensais de formação previstas no Projeto.

Outro resultado importante decorrente da articulação desse grupo foi a coordenação do Seminário de Devolutiva de Políticas Públicas, realizado com os objetivos de prestar contas à sociedade sobre o processo realizado de monitoramento participativo e estabelecer compromissos junto à futura gestão municipal eleita para o período de 2017-2020 com a implementação do Plano de Educação como política de Estado.

No processo de construção dos Indicadores de Qualidade na Educação – Ensino Médio, foi finalizado o relatório da Consulta sobre a qualidade da educação, estudo realizado em escolas de ensino médio como subsídio à construção do Indique Ensino Médio. Para a construção da metodologia foram realizadas duas oficinas: uma com estudantes e professores de três escolas de São Paulo; a outra com os representantes de órgãos governamentais e de grupos e organizações da sociedade civil que compõem o Grupo Técnico constituído para o processo. O ano terminou com o fechamento de uma primeira versão da metodologia, que será testada e finalizada em 2017.

O encontro "O direito humano à educação em prisões", realizada no âmbito da Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular, pretendeu localizar a educação em prisões como elemento central dos direitos humanos e refletir sobre importantes dimensões envolvidas na efetivação dos direitos educativos das pessoas privadas de liberdade.

Durante o encontro houve uma Conferência "Sistema Prisional e Educação nas Prisões-experiências na América Latina" e 4 Rodas de Conversa sobre: 1) Sistema Prisional no Brasil; 2) Política de Educação nas Prisões; 3) Práticas pedagógicas formais e não formais nas prisões do Brasil; e 4) Remição da pena pelo estudo. No evento, foi possível identificar os desafios para a implementação das Diretrizes Nacionais de Educação nas Prisões, fortalecer alianças e levantar recomendações em prol dessa implementação, em especial, no estado de São Paulo. Destaca-se que a Ação Educativa continua como entidade animadora do Grupo de Educação nas Prisões, que reúne entidades da sociedade civil que atuam no estado de São Paulo.

Em 2016, continuaram a se reunir na Ação Educativa entidades comprometidas com a promoção dos direitos humanos de adolescentes em conflito com a lei, aprimorando estratégias conjuntas de denúncias sobre violação de direitos e outras ações de incidência política destinadas a pressionar o Estado pela implementação do ECA e, especificamente, do Sinase.

O engajamento da Ação Educativa no Movimento pela Lei de Fomento à Periferia se deu desde o lançamento da campanha, por parte da Rede denominada Movimento Cultural da Periferia, realizado na abertura do Encontro Estéticas das Periferias de 2015. O movimento foi vitorioso, com a aprovação da Lei na Câmara Municipal em julho de 2016, a imediata homologação por parte do Prefeito Fernando Haddad e o lançamento do edital em agosto.

A conquista da Lei de Fomento à Periferia foi o coroamento de um ciclo de luta do movimento cultural periférico iniciado em 2004 a partir dos primeiros projetos aprovados pelo Programa de Valorização de Iniciativas Culturais - VAI, adensados pelos editais do PROAC – Programa

de Ação Cultural, do Estado de São Paulo e dos Pontos de Cultura em nível federal. Ou seja, um conjunto de políticas públicas fortaleceu o movimento elevando o nível de exigência de suas reivindicações a ponto de chegar a uma Lei de Fomento que é o patamar mais alto de financiamento de projetos culturais. A cultura da periferia agora alcança o nível do Teatro, Dança e Cinema, que têm suas leis específicas de fomento. Tal conquista fortalece o movimento cultural periférico e lhe dá condições de exigir do poder público a efetivação da lei, independentemente da coloração partidária da gestão.

No que diz respeito às redes de Pontos de Cultura, durante os primeiros meses de 2016 foram realizadas reuniões preparatórias da TEIA SP, o encontro dos pontos de cultura do Estado de São Paulo, preparatório do Encontro Nacional que aconteceria no segundo semestre. Entretanto, o processo de impeachment da Presidenta Dilma interrompeu esse processo e nenhum dos encontros foi realizado, provocando um esvaziamento da Rede. Também não houve encontro latinoamericano da Rede Cultura Viva, articulação de pontos de cultura de países da América Latina.

A Ação Educativa participou ativamente do processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura, tanto nas discussões regionais quanto em debates setoriais, com destaque para os GTs de Hip Hop e do Livro e Leitura. A elaboração do PMC foi uma conquista muito importante, pois é um requisito, assim como o Conselho Municipal de Cultura, para que a Cidade de São Paulo possa aderir ao Sistema Público de Cultura. Todavia, nem o PMC, nem o Conselho foram aprovados na Câmara Municipal na legislatura de 2016 e a atual gestão não deu sinais de interesse nessa pauta, pondo em risco todo o processo que mobilizou milhares de agentes culturais, gestores públicos e artistas. Cabe à Ação Educativa se somar a outros grupos e encampar a defesa do PMC e do Sistema Público de Cultura.

Um dos destaques do ano foi a elaboração pela Ação Educativa do Guia O Ministério Público e a Igualdade Étnico-Racial na Educação, publicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Lançado em julho, como parte da Semana de Formação, o Guia visa contribuir com referenciais e indicadores para a atuação das/dos integrantes do Ministério Público e de operadores do Direito em prol da institucionalização da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996 alterada pela lei 10.639/2003 pelos sistemas de ensino do país.

O Guia é constituído pelas seguintes dimensões: fortalecimento do Marco Legal na perspectiva da política de Estado; Política de formação inicial e continuada de gestores e profissionais de educação; Política de materiais didáticos e paradidáticos; Gestão democrática e participação; Política de Avaliação; Condições Institucionais; e Tópicos Especiais (Educação Escolar Quilombola e Escolas Privadas). Está disponível nos sites do Conselho Nacional do Ministério Público (www.cnmp.mp.br) e da Ação Educativa.

Objetivo 4 – Produzir e disseminar informações, conhecimentos e posicionamentos afirmando os direitos humanos, a equidade, a diversidade, a democracia e a sustentabilidade socioambiental como valores, contribuindo para formar a opinião pública e apoiando grupos e movimentos que se pautam por esses valores.

Atividades

- Produção de conhecimento sobre a Agenda 2030, com foco nas metas sobre educação e a situação do Brasil.
- Publicação do documento A implementação dos ODS no Brasil e os desafios das metas em educação.
- Realização, enquanto membro do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de um seminário, na Câmara dos Deputados, com o tema “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, e de uma audiência pública para discutir o processo de implementação dos ODS no Brasil: “A importância da implementação da Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o Brasil”.
- Relatoria do Seminário de Balanço sobre a atuação dos governos progressistas na América Latina, atividade do Fórum Social Mundial de Montreal, no Canadá, que ocorreu em agosto.
- Coordenação do trabalho de Relatoria da Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia Brasil + 6), realizada em Brasília. A Conferência contou com a participação de movimentos sociais e especialistas, além de gestores e instituições ligados à educação de jovens e adultos na África, América Latina, Ásia e Europa.
- Produção de conteúdos sobre cultura de periferia e economia criativa.
- Publicação do relatório de pesquisa do Indicador de Alfabetismo Funcional acerca dos temas “Alfabetismo no mundo do trabalho” e “Letramento digital”.
- Finalização do projeto Gênero e Educação, realizado em parceria com as organizações Geledés, Ecos e Cladem, com a publicação do livro Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais,
- Realização de estudo sobre a experiência do programa Transcidadania.
- Realização de pesquisa sobre Segurança Pública na região de Sapopemba e São Mateus.

Resultados

Após um ano da aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e das definições sobre os indicadores que irão monitorar o cumprimento das 169 metas que compõem os 17 Objetivos, é preciso acompanhar o processo de implementação da Agenda 2030. Nesse sentido, os estudos realizados ao longo do ano buscaram contextualizar a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável focando no ODS4 sobre educação e traçar uma correlação com o Plano Nacional de Educação (PNE), buscando mapear a participação do Brasil na Agenda 2030 e os indicadores definidos para monitorá-los. Abordam também a atuação de organizações da sociedade civil, particularmente através das iniciativas realizadas no sentido de pressionar o governo Brasileiro para a criação de instituições no nível do Executivo e do

Legislativo que possibilitam um acompanhamento sistemático, transparente e consequente sobre as ações adotadas pelo Brasil para o cumprimento dos ODS. Os resultados foram publicados no documento “*A implementação dos ODS no Brasil e os desafios das metas em educação*”. <http://www.acaoeducativa.org.br/desenvolvimento/a-implementacao-dos-ods-no-brasil-e-os-desafios-das-metas-em-educacao/>

O Grupo de Trabalho da Sociedade Civil sobre a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que tem como objetivo a produção de incidência no nível do poder Executivo e Legislativo para a implementação dos ODS no Brasil, realizou um seminário, na Câmara dos Deputados, com o tema “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, e uma audiência pública para discutir o processo de implementação dos ODS no Brasil: “A importância da implementação da Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o Brasil”. No Seminário foi lançada a Frente Parlamentar Mista dos ODS, que constituirá um importante espaço de monitoramento da implementação da Agenda 2030 no país, que contará com um conselho consultivo composto por organizações da sociedade civil.

Outra importante conquista para a implementação da Agenda no âmbito do Poder Executivo, foi a criação da Comissão Nacional para os ODS, lançado pelo Decreto Nº 8.892, de 27 de Outubro de 2016, que constitui um passo no sentido de criar instrumentos que permitam o acompanhamento sistemático e consequente da Agenda 2030 no Brasil e que também contará com a participação de oito organizações da sociedade civil.

Ambos os espaços, a Comissão Nacional e a Frente Parlamentar, constituem instrumentos com potencial de colaborar para a qualidade da implementação da Agenda, cobrindo o âmbito Executivo e Legislativo. São canais que preveem a participação da sociedade civil e que podem colaborar significativamente nos próximos 14 anos, a depender do engajamento e qualidade de suas ações, para a implementação eficiente e efetiva dos ODS no Brasil.

No âmbito do Fórum Social Mundial – FSM 2016, realizado em Montreal, Canadá, foi organizado o seminário “A América Latina hoje: uma avaliação crítica sobre a esquerda e os governos progressistas”. Tendo em vista as transformações que a América Latina tem vivido nas últimas décadas, o seminário buscou discutir os avanços e recuos após a entrada de diversos governos considerados progressistas na região e os desafios atuais que enfrentam. Contou com a presença de analistas e ativistas de sete países diferentes da região e mais de 100 pessoas na plateia, de diferentes partes do mundo. O seminário resultou na produção de textos analíticos que foram reunidos em uma publicação disponível para download também intitulada “A América Latina hoje: uma avaliação crítica sobre a esquerda e os governos progressistas”. <http://acaoeducativa.org.br/blog/2016/12/20/publicacao-sobre-conjuntura-da-america-latina-esta-disponivel-para-download/>

Em 2016 a Ação Educativa passou a atuar na produção de conteúdos sobre cultura de periferia e economia criativa, por meio de diferentes atividades: realização do evento Periferia Inventando Moda, apoio ao Festival Percurso e à FLIZS – Feira Literária da Zona Sul, entre outras iniciativas pautadas pelo potencial econômico da cultura. O assunto também foi abordado nas formações do Programa Jovem Monitor Cultural, bem como no processo de elaboração do

Plano Municipal de Cultura. Todas essas ações serviram para acumularmos conhecimento e nos familiarizarmos com o tema, qualificando nossa intervenção seja na reflexão teórica, seja na elaboração e execução de projetos. Nesse sentido, foi elaborada uma proposta de projeto de fomento à moda que foi encaminhada à Fundação C&A. Entramos em 2017 mais respaldados para seguir na proposição de ações dentro do universo da economia da cultura.

O Indicador de Alfabetismo Funcional lançou em 2016 relatório de pesquisa acerca dos temas “Alfabetismo no mundo do trabalho” e “Letramento digital”. Em 2015, reformulamos a metodologia do INAF criando uma nova escala de proficiência. Além disso, os estudos especiais procuraram ampliar o debate sobre o alfabetismo, analisando em que medida o mundo do trabalho e o contexto digital podem fazer interferir nos níveis de proficiência dos entrevistados. Buscamos destacar o mundo do trabalho como uma das importantes agências de promoção de práticas de letramento e de numeramento e analisar de que maneira ele colabora para o desenvolvimento ou não do alfabetismo em determinados contextos é o esforço que nos propomos aqui, avançando a partir dos resultados de pesquisas anteriores citadas. Em especial, destacamos o mundo do trabalho como um dos espaços possíveis no qual algumas competências letradas podem se desenvolver a depender das exigências colocadas ou não pelas tarefas desempenhadas. O estudo teve ampla cobertura pela mídia e foram realizadas apresentações dos resultados em diferentes espaços: Seminário organizado pelo Todos pela Educação; Fundação Santo André, Congresso do GIFE e Seminário do Livro e Leitura realizado no Rio de Janeiro.

No âmbito do Projeto Gênero e Educação, coordenado pela Ação Educativa, e desenvolvido em parceria com as organizações Geledés, Ecos e Cladem, graças ao apoio de um edital público da Secretaria de Políticas para as Mulheres, foram finalizados três textos, que constam do livro Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais, lançado ao final de 2016, na Escola pública municipal Desembargador Amorim Lima, localizada em São Paulo.

Foram também desenvolvidos um banco de experiências educativas sobre promoção da igualdade de gênero em escolas e um mapeamento do lugar institucional de gênero na gestão educacional dos estados e capitais brasileiras. O Banco de Experiências reúne 50 experiências desenvolvidas por movimentos sociais, universidades e na gestão pública, com o objetivo de subsidiar a ação político-pedagógica de educadoras(es) nas escolas e em comunidades sobre a educação para a igualdade de gênero, raça e diversidade sexual. O Mapeamento, por sua vez, identificou a fragilidade do lugar institucional de gênero na gestão educacional. Poucas secretarias de educação explicitaram gênero nos nomes de coordenações, núcleos e departamentos, caracterizando a diluição da agenda em estruturas destinadas a promover a diversidade, os direitos humanos e a inclusão na educação. Como ações, em sua grande maioria as secretarias de educação apresentaram projetos pontuais.

Destaca-se que o levantamento realizado junto às secretarias de educação foi anterior à onda que varreu o país entre 2014 e 2015 de questionamento do lugar de gênero, sexualidade e raça nos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de educação, protagonizada por grupos religiosos fundamentalistas cristãos, durante a tramitação dos planos nas respectivas casas legislativas. Se na ocasião do levantamento as informações advindas dos questionários preenchidos

pelas secretarias explicitaram o frágil lugar institucional de gênero nas políticas educacionais, há fortes indícios que a agenda tenha sofrido retrocessos na gestão educacional, se mantendo, quando existente, com baixa visibilidade pública, ou o que chamamos neste texto de “invisibilidade estratégica”, característica de tempos de resistência a perdas de direitos.

O estudo sobre o programa Transcidadania tomou como questão a marginalização dos sujeitos LGBT na vida escolar e sua invisibilidade nas políticas públicas. Estudos indicam a força da exclusão desse grupo na escola. Colocamos como pergunta: em que medida a EJA se torna um espaço de acolhimento e oportunidade educacional para estes sujeitos? Para tanto tomamos como objeto de estudo a proposta de desenvolvida pelo CIEJA Cambuci no âmbito do programa Transcidadania no município de São Paulo, que criou estratégia para a inclusão de estudantes travestis e transexuais na educação de jovens e adultos da rede municipal. Em 2016 realizamos a maior parte das atividades de campo, que consistiram em: entrevistas qualitativas com estudantes, equipe técnica professores e equipe do Transcidadania; registro de observação de trabalho de sala de aula; grupos focais com alunos e professores; coleta de textos produzidos pelos estudantes ao longo do ano letivo; e participação e registro de atividades coletivas/festivas realizadas na escola.

A pesquisa Que Segurança Pública Queremos foi realizada no contexto do projeto “Segura Essa Ideia – Jovens Articuladores pelo direito à Segurança Pública”, com apoio do Ministério da Justiça e Oxfam Brasil. Baseada na metodologia Chocework Dialogue, a pesquisa investigou os problemas e soluções que jovens, profissionais que atuam com juventude e moradores de Sapopemba e São Mateus consideram mais relevantes para superar a violência que afeta a juventude nesses territórios. Foram realizados 10 grupos de diálogos com 180 pessoas, em diferentes locais de São Mateus e Sapopemba, como escolas de ensino médio, serviços de atendimento de jovens e o CEU Sapopemba. Um grupo de jovens formados nas temáticas de direitos humanos, segurança pública, gênero e raça realizou o trabalho de mediação dos grupos, com o apoio da equipe da Ação Educativa, a qual sistematizou e analisou os resultados do campo. Espera-se, com a divulgação dos resultados da pesquisa, contribuir para adensar o debate acerca dos caminhos de enfrentamento das violências enfrentadas pelos jovens.

Resultado Financeiro de 2016

No ano de 2016, a Ação Educativa realizou uma série de ajustes nos seus custos institucionais, visando enfrentar a diminuição de suas fontes de financiamento, uma vez que várias agências encerraram ou diminuíram seus aportes aos projetos da instituição no período. Cortes de pessoal implicaram neste ano em despesas extras com verbas rescisórias, mas prepararam a organização para enfrentar perspectivas de déficit nos próximos anos, com a manutenção de seus fundos de reserva.

Considerando todas as receitas e despesas de 2016, incluindo receitas do Fundo Institucional de Reserva, a Ação Educativa fechou o exercício com um superávit financeiro no valor de R\$ 1.921.896,24. Havia um déficit orçamentário do ano, no valor de - R\$ 892.472,77. Foi coberto com a receita proveniente de direitos autorais no valor de R\$ 2.814.369,01.

Quadro 1: Apuração do resultado de 2016

		Valores em R\$
Receitas em 2016	14.586.438,86	
Despesas em 2016	12.664.542,62	
Resultado Financeiro de 2016	1.921.896,24	

Em 2016 ocorreu uma inversão na tendência de crescimento iniciada em 2007. Comparadas com 2015, as despesas da Ação Educativa diminuíram em 3,82%. O investimento total nas unidades programáticas e projetos chegou a R\$ 12.664.542,62, conforme demonstrado no quadro 2: Evolução de despesas de 1994 a 2016.

**Quadro 2: Evolução de Despesas
1994 a 2016**

Valores em R\$

	Despesa Anual	Crescimento Anual
1994	20.468	Fundação
1995	440.453	-
1996	728.705	65,44%
1997	903.803	24,03%
1998	1.139.515	26,08%
1999	1.401.359	22,98%
2000*	2.048.484	46,18%
2001	2.106.115	2,81%
2002	3.358.752	59,48%
2003	4.986.322	48,46%
2004	5.167.434	3,63%
2005	4.275.927	-17,25%
2006	4.029.360	-5,77%
2007	4.515.536	12,07%
2008	5.451.756	20,73%
2009	5.736.069	5,22%
2010	7.028.483	22,53%
2011	7.611.368	8,29%
2012	7.989.809	4,97%
2013	10.017.771	25,38%
2014	13.090.451	30,67%
2015	13.167.397	0,59%
2016	12.664.543	-3,82%

(*) Sem considerar despesas com aquisição e reforma do imóvel no valor de R\$ 1.184.943. Despesa total em 2000 foi de R\$ 3.233.426.

Considerando os gastos pela natureza das despesas, destacamos as rubricas com maior variação, seja percentual ou em termos absolutos, na comparação com o ano anterior. A rubrica impostos sobre as receitas, variou 451,33%, porque acompanhou o aumento na receita de prestação de serviços. A rubrica de recursos humanos, aumentou R\$ 341.988,03 ou 5,69%, o que se aproxima da metade do percentual do dissídio coletivo efetivamente praticado, 8,29%. A rubrica de atividades programáticas foi a que mais diminuiu: R\$ 986.017,70. Alguns projetos não se renovaram. Outros foram renovados com um valor menor. É possível observar estas variações no quadro 3, Comparativo de despesas entre 2015 e 2016.

Quadro 3: Comparativo de Despesas entre 2015 e 2016

Valores em R\$

Despesas por Rubrica	2015	%	2016	%	Varição	Var. (%)
Recursos Humanos	6.013.063	45,67%	6.355.051	50,18%	341.988	5,69%
Atividades Programáticas	6.243.262	47,41%	5.257.244	41,51%	-986.018	-15,79%
Edifícios e Instalações	246.349	1,87%	155.458	1,23%	-90.891	-36,90%
Despesas de Escritório	96.004	0,73%	115.999	0,92%	19.994	20,83%
Despesas de Gestão	394.724	3,00%	474.031	3,74%	79.307	20,09%
Despesas Financeiras e Taxas	86.746	0,66%	171.649	1,36%	84.903	97,88%
Impostos sobre Receitas	17.805	0,14%	98.200	0,78%	80.395	451,53%
Acervo	-	0,00%	-	0,00%	0	0,00%
Móveis e Equipamentos	59.666	0,45%	8.745	0,07%	-50.921	-85,34%
Despesas não operacionais	9.778	0,00	28.166	0,22%	18.387	0,01%
Total de Despesas	13.167.397	100%	12.664.543	100%	-502.855	-3,82%

Houve pouca variação no tamanho proporcional das áreas programáticas e setores entre 2015 e 2016. A Área de Cultura, que abrange 51,97% do orçamento institucional, continuou sendo a maior, seguida pela Área de Educação com 21,65% e pela Área de Juventude com 8,03%. As duas maiores áreas, no entanto, tiveram diminuição no volume de recursos: a de Educação diminuiu 16,59% e a de Cultura diminuiu 8,59%. A Área de Juventude por sua vez aumentou em 14,62%. Duas unidades programáticas tiveram diminuição no volume de recursos em 2016: Educação de Pessoas Privadas de Liberdade diminuiu 97,68% e Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais diminuiu 57,06%. A unidade de Formação praticamente manteve-se no mesmo patamar, com uma pequena diminuição percentual de 3,11%, conforme o quadro 4.

A unidade de coordenação geral, planejamento, monitoramento e avaliação manteve-se no mesmo patamar, com pequena diminuição. A de administração, manutenção, infraestrutura e reforma aumentou 7,74%, percentual dentro da inflação do período. Parte destas despesas foi paga como despesas operacionais e administrativas nos projetos que preferem pagar este tipo de despesas diretamente.

A Área de Cultura foi apoiada com fundos de cinco origens: governos municipais, com 58,09%; governos estaduais, com 36,19%; órgãos de cooperação internacional, com 2,07%; governo federal, com 2,00%; e institutos empresariais, com 1,54%. A diminuição dos investimentos na Área de Cultura em 2016 ocorreu nas receitas provenientes de quatro origens: governos estaduais, órgãos de cooperação internacional, governo federal.

A Área de Educação teve os recursos diversificados em 8 origens com percentuais muito aproximados. A origem com maior percentual é a prestação de serviços, com 26,94%. Os institutos empresariais, aparecem em segundo lugar, com 21,73%; direitos autorais, com 13,02%; fundações internacionais, com 12,32%; venda de livros, com 9,42%; governos municipais, com 6,88%; governo federal, com 5,51% e organismos internacionais, com 4,17%. A área de Educação perdeu apoio de órgãos de cooperação internacional, bem como diminuíram as parcerias com institutos empresariais e organismos internacionais. As unidades programáticas da Área de Educação que mais diminuíram recursos, se comparados com 2015, foram Ação na Escola e Ação na Justiça.

Na Área de Juventude os recursos tiveram 3 origens, sendo a concentração maior, de 83,34%, em órgãos de cooperação internacional; 15,30% no governo federal e 1,36% no governo municipal. A ampliação dos recursos da área de Juventude deveu-se ao início do projeto Jovens Mulheres Negras na Luta Contra o Racismo e o Sexismo, com recursos de órgãos de cooperação internacional, que se somaram aos provenientes ao Governo Federal para o projeto com Juventude em Sapopemba com o tema da violência.

Na área de projetos especiais, os projetos relacionados ao Fórum Social Mundial mantiveram as atividades no mesmo patamar de 2015. A origem dos recursos provém de Empresas Mistas e Associações e ONGs.

Tanto a unidade de Formação como a unidade Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais têm 100% dos recursos originários de Órgãos de Cooperação.

Importante salientar que há formas diferentes de apresentar as despesas e receitas da instituição. No quadro 4, Despesas de origem das Áreas, não são consideradas despesas com variação do imobilizado nem despesas financeiras. No quadro 3, Comparativo de Despesas, são apresentadas todas as despesas da instituição, incluindo despesas financeiras e variação do imobilizado, organizadas pela contabilidade, segundo a natureza da despesa. Isso explica as diferenças dos totais informados em cada uma delas.

Quadro 4 - Comparativo de despesas das áreas e unidades entre 2015 e 2016

Valores em R\$

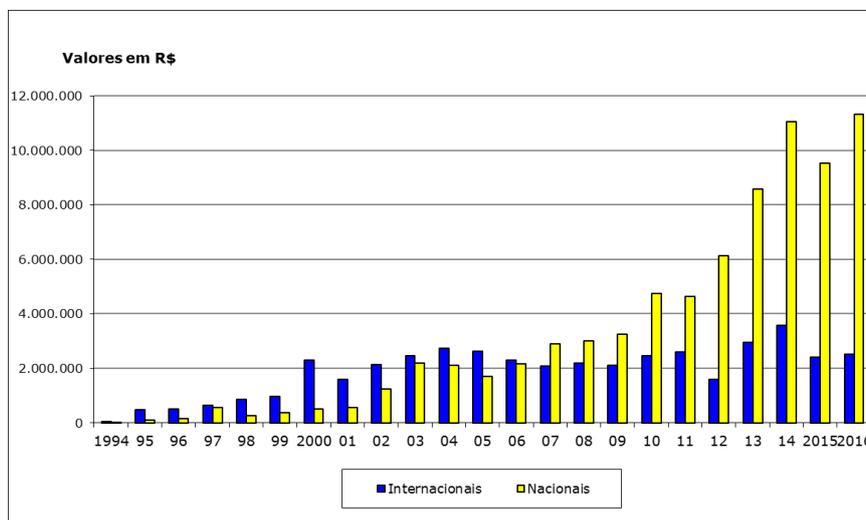
Área Programática, setores	2015	%	2016	%	Varição	Var. (%)
Área Cultura	7.091.786	54,38%	6.482.455	51,97%	-609.331	-8,59%
Área Educação	3.237.358	24,83%	2.700.364	21,65%	-536.994	-16,59%
Área Juventude	873.626	6,70%	1.001.347	8,03%	127.721	14,62%
Desenvolvimento, Inovação e Relações Internacionais	137.696	1,06%	59.131	0,47%	-78.565	-57,06%
Educação de pessoas privadas de liberdade	27.012	0,21%	627	0,01%	-26.385	-97,68%
Formação	58.877	0,45%	57.045	0,46%	-1.832	-3,11%
Coordenação Geral, Planej Monitoramento e Avaliação	344.308	2,64%	343.563	2,75%	-745	-0,22%
Administração, Infraestrutura, Manutenção e Reforma	868.792	6,66%	936.044	7,50%	67.252	7,74%
Comunicação e Tecnologia da Informação	-	0,00%	501.780	4,02%	501.780	
Projetos Especiais (1)	400.986	3,07%	391.619	3,14%	-9.367	-2,34%
Total dos Despesas	13.040.442	100%	12.473.976	100%	-566.467	-4,34%

(1) Projetos especiais: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Biblioteca Digital do Fórum Social Mundial e Grupo de Reflexão e Apoio ao Processo do Fórum Social Mundial. Observação. As despesas estão apresentadas conforme suas unidades e setores de origem

Para termos uma dimensão histórica, considerando os 23 anos da instituição é importante observar o Gráfico 1 abaixo. Excluída a receita financeira, tanto a receita nacional como a internacional em 2016, na comparação com 2015, mantiveram a tendência, iniciada em 2007, de maior volume de recursos nacionais do que internacionais. A receita nacional em 2016 subiu para 81,75% do total de recursos da instituição, enquanto em 2015 foi de 79,82%. A receita

internacional diminuiu para 18,25% do total das receitas em 2016. Em 2015 ela representava 20,18%.

Gráfico 1: Evolução das Fontes de Financiamento de 1994 a 2016



O quadro 5 abaixo detalha a variação de receitas entre 2015 e 2016, evidenciando como se deu o aumento de R\$ 2.047.839,77 no total. Há três fontes que contribuíram para elevação das receitas em 2016: Direitos Autorais sobre livros didáticos, R\$ 2.814.369,01; Prestações de Serviços, R\$ 737.413,82; Órgãos de Cooperação, R\$ 466.534,52 e por fim Vendas de Publicações R\$ 262.829,89.

Por outro lado, houve diminuição em três fontes: Institutos Empresariais – R\$ 1.022.595,98; Organismos Internacionais – R\$ 444.269,10; Empresas Mistas – R\$ 434.394,22, além de recursos governamentais federais – R\$ 244.132,75 e municipais, - R\$ 144.566,98.

A variação geral entre receitas de 2015 e 2016 ficou do seguinte modo: a receita nacional ficou maior em R\$ 1.803.870,11, e a receita internacional aumentou em R\$ 120.566,59. Este cenário diferente do ano anterior reflete duas situações. No âmbito nacional, a replicação de compras de material didático por parte do governo federal, o que implicou aumento de receitas dos direitos autorais. A contratação de prestação de serviços por parte de instituições públicas no último ano de governo e várias instituições privadas. No âmbito internacional, projetos iniciados com órgãos de cooperação.

As estratégias que possibilitaram a realização dos projetos e atividades ao longo 2016 foram a diversificação de formas de mobilização e captação de recursos sejam eles nacionais ou internacionais. Sempre reafirmamos que isto só é possível porque a instituição pode contar com o apoio internacional e recursos próprios para desenvolver as estratégias de captação de recursos.

Quadro: Comparativo de Entradas entre 2015 e 2016

valores em R\$

Receitas por Rubrica	2015	%	2016	%	Varição	Var. (%)
Receitas Internacionais	2.407.073	19,20%	2.527.640	17,33%	120.567	5,01%
Órgãos de Cooperação Internacional	1.586.029	12,65%	2.052.564	14,07%	466.535	29,42%
Fundações Internacionais	276.312	2,20%	374.613	2,57%	98.301	35,58%
Organismos Internacionais	544.732	4,34%	100.463	0,69%	-444.269	-81,56%
Receitas Nacionais	9.519.484	75,92%	11.323.354	77,63%	1.803.870	18,95%
Recursos Governamentais Federais	632.885	5,05%	388.753	2,67%	-244.133	-38,57%
Recursos Governamentais Estaduais	2.273.807	18,13%	2.129.241	14,60%	-144.567	-6,36%
Recursos Governamentais Municipais	3.215.532	25,65%	3.463.973	23,75%	248.441	7,73%
Empresas Mistas	679.074	5,42%	244.680	1,68%	-434.394	-63,97%
Institutos Empresariais	1.729.222	13,79%	706.626	4,84%	-1.022.596	-59,14%
Parcerias c/ ONGs e Associações	6.000	0,05%	6.000	0,04%	0	0,00%
Prestação de Serviços (*)	395.126	3,15%	1.132.539	7,76%	737.414	186,63%
Direitos Autorais (*)	325.575	2,60%	2.814.369	19,29%	2.488.794	764,43%
Patroc./Doações/Filiações/Estoq.	62.983	0,50%	19.189	0,13%	-43.794	-69,53%
Locações	199.279	1,59%	155.155	1,06%	-44.125	-22,14%
Venda de Publicações (*)	0	0,00%	262.830	1,80%	262.830	0,00%
Receitas Financeiras	612.042	4,88%	735.445	5,04%	123.403	20,16%
Total de Receitas	12.538.599	100%	14.586.439	100%	2.047.840	16,33%

(*) Os valores das receitas são brutos, os respectivos impostos estão computados como despesa em "Impostos sobre Receitas".

A receita institucional disponível para 2016 foi de R\$ 2.453.159,27, conforme o quadro 6. Ela é destinada aos custos institucionais e ações estratégicas e inovadoras da instituição. O total de recursos institucionais mais os recursos do Fundo Reserva chegaram a R\$ 3.652.458,27 no exercício. Esta receita é composta por quatro fontes. Receita no valor de R\$ 2.814.369,01, que provem dos direitos autorais sobre livros didáticos vendidos no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), edital que a Ação Educativa venceu em anos anteriores e vigorou para as vendas de 2016. As taxas e despesas administrativas provenientes de 31 projetos e convênios, dos 39 realizados em 2016, que destinaram 10% ou percentual menor para custos operacionais e de administração ou pagam diretamente despesas, cujo total foi de R\$ 663.745,48. O recurso proveniente da locação de salas de escritório e espaços para eventos totalizou R\$ 155.154,52. A outra parte da receita institucional, proveio do Patrocínios e doações de pessoas físicas e jurídicas que atingiram R\$ 19.189,26.

Quadro 6 - Receitas institucionais

	Valores em R\$	Percentual sobre a receita total
Direitos Autorais sobre edição de livros	2.814.369	19,29%
Taxa administrativa + desp adm paga pelos projetos	663.745	4,55%
Patroc./Doações/Filiações/Estoq.	19.189	0,13%
Locações	155.155	1,06%
Total de recursos institucionais + Fundo Reserva(*)	3.652.458	25,04%
Valor destinado ao Fundo Reserva	1.199.299	8,22%
Recursos Institucionais disponíveis para 2016	2.453.159	16,82%

(*) Recursos que são parte da receita anual no valor de R\$ 14.586.438,86

Em síntese, podemos dizer que a organização conseguiu realizar os ajustes necessários para manter fundos de reserva que devem cobrir déficits orçamentário previstos para os próximos períodos de execução do seu Plano Quadrienal, tendo em vista a diminuição de financiamentos de agências públicas e privadas nacionais, decorrentes das crises financeira e política que atravessamos no país. Temos a convicção de que tais reservas viabilizarão a permanência da instituição na resistência aos retrocessos e luta por democracia e justiça social.

Corpo Diretivo e Pessoal

Diretoria

Maria Machado Malta Campos
Michelle Prazeres
Baby Amorim

Assessoria da Diretoria

Claudia Lemos Vóvio
Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva
Maria Carla Cocorrochano

Conselho Fiscal

Marta Elizabete Vieira Santana
Tomás Carmona
Waldemir Bargieri

Sócios Estatutários

Adriana Barbosa
Adriano Jose Lima de Jesus
Ana Lúcia Silva Souza
Ana Paula de Oliveira Corti
Antônio Eleilson Leite
Aparecida Suely Carneiro
Aparecida Neri de Souza
Aparecida Suelaine Carneiro
Atiely Santos
Camila Croso Silva
Cláudia Lemos Vóvio
Celso de Rui Beisiegel
Cleib Aparecida Cupertino (Baby)
Cristina Meirelles
Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi
Denise Careira
Deusira Souza Barauna Cremaschi
Eliane Ribeiro Andrade
Elie George Guimarães Ghanem Junior
Fernanda Campagnucci Pereira
Hamilton Farias
Helena Wendel Abramo
Heloisa Helena de Souza Martins
Ismar de Oliveira Soares
José Marcelino de Rezende Pinto
Luiz Antônio Barata
Luiz Eduardo Wanderley
Lucia Cassab Nader
Luciana César Guimarães
Luciana Martinelli

Marcos José Pereira da Silva
Mariângela Graciano
Maria Carla Corrochano
Maria Clara Di Pierro
Maria Cláudia Vieira Fernandes
Maria Virgínia de Freitas
Maria Machado Malta Campos
Marilia Pontes Sposito
Marta Kohl de Oliveira
Marilse Terezinha de Araujo
Michelle Prazeres
Milton Alves Santos
Orlando Joia
Petronilha Gonçalves e Silva
Raquel Souza dos Santos
Regina Célia de Oliveira Costa
Regina Miyeko Oshiro
Regina Soares Jurkiewicz
Renato Souza de Almeida
Renato Márcio Nascimento
Roberto Catelli Junior
Salomão Barros Ximenes
Sérgio Haddad
Vera Masagão Ribeiro
Vicente Rodriguez
Waldemir Bargieri

Unidades Programáticas

1. Diversidade, Raça e Participação

Denise Carreira Soares – Coordenadora
Ananda Grinkraut – Assessora – até junho de 2016
Jaqueline Santos – Assessora – até março de 2016
Cláudia Bandeira – Assessora
Gabriel Maia Salgado – Jornalista – até abril de 2016
Stephanie Kim Abe – Jornalista – desde abril de 2016
Vagner dos Santos – Apoio Técnico
Fernando Araújo – Jornalista – até abril de 2016
Ana Lúcia Silva Souza – Consultora

2. Juventude – Trajetórias, Ativismo e Políticas Públicas

Maria Virgínia de Freitas - Coordenadora
Gabriel Di Pierro Siqueira – Assessor
Bárbara Lopes – Assessora
Márcio Macedo – Assessor
Raquel Luanda – Assessora
Luis Felipe Soares Serrao – Assessor
Bianca Boggiani Cruz - Assessora
Louise Marinho – Estagiária
Aniely da Silva Santos - aprendiz
Jheniffer Gomes de Sousa Santos - aprendiz

3. TEOREMA – Território, Economia, Mobilização e Articulação

Flavia Landgraf – Coordenadora
Carolina Moraes – Assessora
Isabel Caldas – Coordenadora de Articulação
Claudia Soares – Coordenadora pedagógica
Marília Fróis – assessora de articulação
Aline Ramos Souza – Assessora de Comunicação
Natasha Alves – Assistente
Adilson Magno de Faria – Agente de Formação Prática
Aline Araujo de Carvalho – Agente de Formação Prática
Ana Paula Santos Carlos – Agente de Formação Prática
Eymard Ribeiro - Agente de Formação Prática
Mel Duarte – Agente de Formação Prática
Thiago Vaz - Agente de Formação Prática
Raimundo Fagner – Agente de Formação Prática
Dayane Fernandes – Agente de Formação Prática
Marcel Coronato - Auxiliar
Melissa S. Gonçalves – Assistente de Produção
Mônica G Oliveira - Assessora administrativo-financeiro
Laylla Mariano Tavares Moreira – Assistente administrativo financeiro

4. Educação em Direitos Humanos e Cidadania

Sérgio Haddad – Coordenador

Janaína Yuri – Assistente de Pesquisa

5. Observatório da Educação

Gustavo Paiva – Coordenador – até novembro de 2016

Julia Marques – Jornalista – até novembro de 2016

6. Educação, Desenvolvimento e Relações Internacionais

Sergio Haddad – Coordenador

Filomena Siqueira e Silva – Assessora

Janaína Yuri – Assessora

Julia Daher Marques – estagiária

7. Educação Escolar de Jovens e Adultos

Roberto Catelli Jr. – Coordenador

Luis Felipe Serrao – Assessor

Ednéia Gonçalves - Assessora

Andrea Lunkes Conrado – Assessora – até mar./2016

Leonardo L. de Souza Matos – Estagiário – até jan./2016

8. Educação de Pessoas Privadas de Liberdade

Ednéia Gonçalves – Assessora

Claudia Bandeira – Assessora

Fernanda Nascimento – Assessora

9. Ação na Escola

Projeto Nossa Escola Pesquisa sua Opinião

Marilse Teresinha de Araújo – Coordenadora

Thais Bernardes Nogueira – Assessora

Renato Márcio do Nascimento – Assessor

Leila Márcia Andrade de Oliveira - Assessora

Maria Gorete – Estagiária

Roberta Fabline - Estagiaria

10. Arte Educação no ensino formal e não formal

Antonio Eleilson Leite – Coordenador geral

Karoline R Aquino - Supervisora Administrativo Financeiro

Bergman de Paula Pereira - Coordenadora de área Projeto Arte na Casa

Glauciana Souza - Coordenadora de área Projeto Arte na Casa

Fernanda Ribeiro do Nascimento – Coordenadora de área Projeto Arte na Casa

Márcia Felipe de Lima - Analista de Recursos Humanos

Marcelo Amaro de Souza – Assistente Administrativo e Financeiro

Eliana de Souza Vitor Costa – Auxiliar Administrativo e Financeiro

Eliabe Gomes de Souza – Auxiliar de Pesquisa

Renata Tavares F - Assistente Administrativo Financeiro Senior – até. Jan./2016

Arte Educadores

Aldo Eleandro S Dias
Ana Maria da Silva
André Firmiano Virgino
Bruno Marques Lins
Carlos Bezerra – até mar./2016
Cristiane Bernardino Dias
Daniel Gise Maria de Almeida
Daniela Helena Biancardi
Diane Boda
Edinaldo André do Santos
Eduardo Carriel – até set/2016
Ewerton Mauricio
Eymard Ribeiro – até abr./2016
Galvani Gonçalves Sarmento Neto
Jefferson Baptista dos Santos
José Geraldo da Silva
Julia Indira Peixoto
Luana Thalita Rodrigues de Souza
Marcel Cabral Couto
Marcelo dos Santos Souza
Maria Amélia Reis
Micaela Carolina Cyrino – até mar./2016
Patrícia Ap. Marinho Valentim – até mar./2016
Pedro Miguel
Robson Francisco
Robson Mendes Oliveira Morais – até jun./2016
Roney da Cruz
Tatiana Botelho de Andrade
Victor Luiz da Silva Santos
Wender F.B. Moura

11. Cultura de Periferia: qualificação, estética e difusão

Antonio Eleilson Leite – Coordenador
Elizandra Sousa– Assessora
Melissa Gonçalves – Organizadora de eventos

12. Território, economia, organização e mobilização

Antonio Eleilson Leite - Coordenador
Marilia Fróis – assessora

Gestão e Desenvolvimento Institucional

Coordenação Executiva

Vera Masagão Ribeiro – Coordenadora Geral

Maria Virgínia de Freitas – Coordenadora da Área de Juventude

Antonio Eleilson Leite – Coordenador da Área de Cultura – até abr./2016

Denise Carreira – Coordenadora da Área de Educação

Marcos José Pereira da Silva – Coordenador Administrativo Financeiro – até abr./2016

Secretaria da Coordenação Executiva

Regina Costa

Unidades de Suporte

1. Administração e Finanças e Infraestrutura

Marcos José Pereira da Silva – Coordenador administrativo e financeiro

Karoline Raquel de Aquino Matos - Supervisão administrativo e financeiro

Renata Tavares Fernandes – Assistente Administrativo e Financeiro

Monica Gomes de Oliveira – Assessora Administrativo e Financeiro

Cirto Lino dos Santos – Assistente Administrativo

Camila Menezes – Analista Administrativo e Financeiro

Rogério Pereira dos Santos - Analista Administrativo e Financeiro

Laylla Mariano – Auxiliar Administrativo

Isaias Fraga de Souza - Auxiliar Administrativo

Fernando Santos Lira – Assistente Administrativo Financeiro Jr

Deusira Sousa Baraúna Cremaschi – Recepcionista

Macildo Pedro da Silva - Zelador

Francisco Moreira de Souza – Porteiro

Cleonice M. Silva – Auxiliar de Serviços Gerais

Ednailde S. de Jesus – Auxiliar de Serviços Gerais

Jenilda R. Bispo – Auxiliar de Serviços Gerais

Maria Cicera F. Costa - Auxiliar de Serviços Gerais

2. Comunicação Institucional

Juliane Cintra – Coordenadora das unidades de suporte (Comunicação, T.I. e Eventos)

Gledson Bellei Neix – Webdesign

Denise Eloy – Assessora de comunicação

3. Editorial

Roberto Catelli Jr. – Coordenador

Daniele Brait – Assessora editorial

4. Tecnologia da Informação

Waldirey Pires de Matos Junior – Analista de Suporte

Felipe Santos de Melo –

Mario Sérgio de Thomaz – Consultor

5. Centro de Eventos

Edson Aparecido de Lima – Assistente de Produção

Melissa Gonçalves – Produtora cultural

Julio Witer – Estagiário

Gustavo Pagador - Estagiário

Apoios

RECEITAS INTERNACIONAIS

AGÊNCIAS INTERNACIONAIS DE COOPERAÇÃO

UNICEF

Pão Para o Mundo

NCA Norwegian Church Aid

OXFAM Brasil

ACTIONAID

Fundação Avina

Fundação Open Society

TDH Terre des Hommes Alemanha

Grassroots Foundation

Wikimedia Foundation

RECEITAS NACIONAIS

AGÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

Petrobrás S/A

Fundação Casa

Secretaria Municipal de Cultura - CCJ

PRONAC

Secretaria de Políticas para Mulheres

Ministério da Justiça

AGÊNCIAS E ORG. PRIVADAS

Instituto C&A

Instituto Paulo Montenegro

Instituto IBI

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

ABONG

Associação Artigo 19 Brasil

Fundação Roberto Marinho

Instituto Unibanco

Fundação Carlos Chagas

Fundações e Instituições

Fundação Vale

Heinrich Boll Stiftung

Fundação Via Varejo

Anexo A

Detalhamento financeiro das receitas e despesas do projeto Arte na Casa, convênios: 080-2015 e Termo de Colaboração: 011/2016 e demais projetos e atividades da área da Cultura.

Recursos recebidos em 2016 e despesas por financiador para realização das atividades da área de Cultura

1 – Demonstração financeira dos Recursos Públicos: Fundação Casa: Projeto “Arte na casa”: convênio: 080/2015 (processo 3180-14), encerrado em 31 de julho de 2016, valores em R\$

Saldos bancários em 31 de dezembro de 2015	Receitas transferidas pela Fundação Casa em 2016	Rendimentos Líquidos de Aplicações Financeiras 2016	Despesas de 2015 (recursos humanos mais despesas diretas e indiretas) pagas em 2016	Despesas no ano de 2016, recursos humanos mais despesas diretas e indiretas	Valor devolvido à Fundação Casa em 2016	Saldos bancários em 31 de dezembro de 2016
551.724,60	1.561.975,00	43.152,98	- 45.049,27	- 1.260.008,90	852.044,44	-281,69

2 – Demonstração financeira dos Recursos Públicos: Fundação Casa: Projeto “Arte na casa”: Termo de Colaboração: 011/2016 (processo 1724-16) iniciado em 1 de agosto de 2016, valores em R\$

Saldos bancários em 31 de dezembro de 2015	Receitas transferidas pela Fundação Casa em 2016	Rendimentos Líquidos de Aplicações Financeiras 2016	Despesas no ano de 2016, recursos humanos mais despesas diretas e indiretas	Despesas contabilizadas em 2016, a pagar nos exercícios seguintes	Saldos Conciliação bancária em 31 de dezembro de 2016
0,00	1.326.120,92	1.282,83	- 915.942,67	- 66.044,99	411.361,33

3 - Demais projetos da área da Cultura e suas fontes de recursos

Financiador/projeto	Receitas 2016	Despesas 2016	Saldo final em 2016
Atividades de Cultura	69.664,01	74.845,11	-5.181,10
CCJ - Jovem Monitor Cultural	3.338.926,41	3.341.135,26	-2.208,85
Centro de Formação C&A	223,12	378,89	-155,77
Rede Brasileira de Futebol - TDH	124.169,61	124.169,59	0,02
PRONAC 158238	119.960,00	119.960,00	0,00
C&A Voluntários	38.300,00	39.384,78	-1.084,78
Cultura de Periferia - Via Varejo.	51.631,80	51.642,50	-10,70
Territórios Criativos - IMS	9.200,00	10.121,71	-921,71
Encontro Estéticas - SMC/SP	150.000,00	150.000,00	0,00

ANEXO B - Listagem de atividades

I - Assessorias

A escolas públicas ou comunidades escolares

Organização	Resultados no ano
E Augusto Boal, C Sandra Cristina, E Luiz Gonzaga, CFPF João Amazonas, E Paulo Freire, E Tarsila do Amaral, CBete Lobo, E Odylo Costa, C Maria Delphina, E José do Prado, E Sonia A Marques, E Pq Andreense, E Parana-picuiba, C Marina Ulbrich, E Reverendo, C Antonio Oliveira, E Ayrton Senna, C Nancy Andreoli, C Monteiro Lobato, E Machado de Assis, C Hideki Koyama	21 planos de ação de escolas do município de Santo André/SP construídos de forma participativa envolvendo professores, familiares, alunos, funcionários das unidades educacionais, equipes técnicas da Secretaria de Educação e das escolas.
E.E Sapopemba, E.E Moacyr Campos, E.E Maria Expedita Silva, E.E Prof. Pedro Moreira Matos, ETEC São Mateus, E.E Infante Dom Henrique, E.E Olegário José de Godoy, 5 unidades escolares da EJA Santo André	Apoio técnico para planejamento e execução de oficinas dirigidas a jovens a respeito de escolha, formação e inserção profissional, e envio de materiais para sua execução.

A órgãos da administração pública

Organização	Resultados no ano
Conselho Municipal de Educação de Santo André	Foi publicada no jornal DGABC, caderno Classificados/Publicação Legal, pag. 05, no dia 14/12/16 uma Deliberação aprovada pelo Conselho Municipal de Educação sobre a realização de autoavaliação institucional anual pelas escolas da rede municipal de ensino de Santo André.
INEP	Incidência na construção da Portaria do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica previsto no Plano Nacional de Educação (PNE). A Portaria foi construída pela Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) do INEP em diálogo com organizações da sociedade civil, servidores do Inep, pesquisadores/as, especialistas da educação, professores/as e gestores/as resultando em uma proposta de Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

A articulações intersetoriais

Organização	Resultados no ano
Comitê Municipal de Articulação Interfederativa	Constituição de Comitê Municipal de Articulação Interfederativa, previsto no Plano de Educação de Santo André/SP, constitui foro privilegiado de negociação e decisão por consenso quanto aos aspectos relacionados ao monitoramento e implementação do Plano de Educação de Santo André, em especial às ações de colaboração técnica e financeira entre os entes federados para atendimento da demanda educacional e para a melhoria da qualidade da educação no município, em uma perspectiva que considere as dinâmicas da região do ABCDMRR em um contexto metropolitano
Grupo Educação nas Prisões	O Grupo composto por diversas organizações que atuam no campo da defesa dos direitos humanos – Ação Educativa, Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Conectas Direitos Humanos, Geledés Instituto da Mulher Negra, Instituto Terra Trabalho e Cidadania, Pastoral Carcerária e Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos – realizou 4 rodas de conversa e Debate na Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular.

II - Atividades de Formação

Dirigidas a jovens

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total de horas por turma	Participantes		Total de participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
			Ho-mens	Mu-lheres			
PROGRAMA JOVEM MONITOR CULTURAL - Projeto: Formação em Cultura e Juventudes	1	280	50	82	132	Jan - Dez	Promoção de formação cidadã de jovens no campo da cultura a partir do desenvolvimento de processos educativos, de experimentação e de vivências direcionadas à ampliação de repertório e a sua inserção como agente cultural considerando as diversidades das juventudes.
Projeto Arte na Casa: Oficinas Culturais	74 mensais	12h mensais	2065	230	2295	Jan - Dez	Exercício pedagógico da experimentação de linguagens artísticas, por meio de oficinas culturais e atividades complementares, de maneira que estas façam parte significativa na construção humana e social dos/as adolescentes atendidos pela Fundação CASA, produzindo subjetividades individuais e coletivas num movimento de (re)descoberta de identidade e pertencimento social tendo em vista o retorno da/o adolescente à sua comunidade.
Segura Essa Ideia	1	32	4	6	10	Jan - Abr	Formação com foco em juventude, direitos humanos e segurança pública com 10 jovens de Sapopemba e São Mateus, realizada duas vezes por semana no CEU Sapopemba e iniciada em 2015, com total de 8 meses formativos. Projeto apoiado pelo Ministério da Justiça (edital Viva Jovem) e a Oxfam Brasil.
Tô no Rumo – Jovens e escolha profissional	1	20	381	572	953	Abr - Nov	Oficinas baseadas na metodologia <i>Tô no Rumo</i> realizadas em espaços escolares e educativos com jovens, tendo como foco a escolha, formação e inserção profissional.
Juventude com Direitos	1	96	8	12	20	Set - Dez	Formação sobre direitos da juventude, raça e gênero, dirigida a jovens com idades entre 16 e 22 anos, moradores de Sapopemba e São Mateus. Realizada semanalmente às terças feiras no período da tarde na sede da Ação Educativa, com atividades complementares.

Dirigidas a educadores (professores, equipes técnicas, alfabetizadores comunitários etc.)

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total de horas por turma	Participantes		Total de participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
			Homens	Mulheres			
Ação Educativa, CLADEM (Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), Geledés Instituto da Mulher Negra e ECOS Comunicação em Sexualidade	1	8	10	18	28	24 de fevereiro	Realização da <i>Oficina Gênero e Raça na EJA</i> . A oficina buscou contribuir para o aprimoramento da agenda de incidência para o campo das políticas públicas, partindo da compreensão da educação de jovens e adultos como modalidade educativa interseccional, campo de possibilidades e desafios, espaço de encontro entre os diversos sujeitos marcados pelas múltiplas desigualdades sociais que marcam a realidade brasileira.
Ação Educativa e SME de Piedade (SP)	2	8	3	12	15	Fevereiro	Formação de professores da EJA para utilização do material didático Viver-Aprender.
Diretoria Regional de Educação da Penha	2	100	06	38	44	Abr - Dez	Formação destinada a professores e professoras da Diretoria Regional de Educação, com o objetivo de incentivar processos de aprendizagem a partir de pesquisa de opinião, que sejam mais significativos para educadores(as) e educandos(as). Além de incentivar processos de aprendizagem que reflitam em gestão de políticas públicas e olhem o território no qual a escola está inserida como objeto de estudo e intervenção. Durante o curso foram desenvolvidos 74 projetos de pesquisa pelos estudantes, sob a orientação dos professores.
Ação Educativa e UFABC – Universidade Federal do ABC	1	32	11	18	29	Mai - Jun	Formação na metodologia de orientação profissional <i>Tô no Rumo – Jovens e escolha profissional</i> , para educadores(as) que atuam com o público jovem. O curso fez parte da extensão universitária da UFABC.

Secretaria Municipal de Educação de Santo André	1	4	9	10	19	31 de maio	Formação para integrantes do Grupo de Acompanhamento do projeto de monitoramento do Plano de Educação de Santo André, composto por: representantes de organizações da sociedade civil (Movimento Negro), Departamento de Gestão Democrática (SME) e demais secretarias da administração municipal com projetos direcionados à população negra.
Secretaria Municipal de Educação de Santo André	1	20	8	15	23	8 a 10 de junho	Formação para integrantes do grupo de acompanhamento, formadores de professoras(es) e assistentes pedagógicos das unidades educacionais da rede municipal de Santo André.
Secretaria Municipal de Educação de Santo André	1	6	3	6	9	18 de junho e 11 de novembro	Encontro com representantes do Grupo de Acompanhamento do projeto de monitoramento do Plano de Educação de Santo André.
Ação Educativa e SME de São Luís (MA)	3	8	30	118	148	26 a 28 de junho	Formação para professoras(es) da EJA direcionada ao incentivo à leitura de textos literários na EJA.
Ação Educativa e SME de Açailândia	3	8hs	11	46	57	27 e 28 de junho	Formação para professoras(es) da EJA direcionada ao incentivo à leitura de textos literários na EJA.
Secretaria Municipal de Educação de Santo André	1	4	50	750	800	15 de julho	Formação de Agentes de Desenvolvimento Infantil das Creches da rede Municipal de Santo André com a Coleção Educação e Relações Raciais
Secretaria Municipal de Educação de Santo André	1	20	100	150	200	26 e 27 de julho e 13 de agosto	Formação regionalizada de professores representantes das unidades escolares com a Coleção Educação e Relações Raciais
Secretaria Municipal de Educação de Santo André	1	4	2	4	6	12 de agosto	Encontro com o grupo de formadoras(es) de professoras e assistentes pedagógicas
Secretaria Municipal de Educação de Santo André	1	4	20	40	60	13 de agosto	Formação de educadores participantes do Projeto Rede em Roda da rede municipal de ensino de Santo André/SP, sobre a coleção Educação e Relações Raciais.
Secretaria Municipal de Educação de Santo André	1	32	10	59	71	20 a 29 de setembro	Formação dos conselheiros escolares para o monitoramento do Plano de Educação de Santo André.
Secretaria Municipal de Educação de Santo André	1	6	11	40	51	10 de outubro	Encontro de Intercâmbio entre educadores das escolas que utilizaram os "Indicadores da Qualidade – Educação e Relações Raciais".

Ação Educativa e SME de Canaã dos Carajás	2	8	6	33	39	13 e 14 de outubro	Formação para professoras(es) da EJA direcionada ao incentivo à leitura de textos literários na EJA.
Ação Educativa e SME de Açailândia	2	6	67	268	335	19 e 20 de outubro	Rodas de conversa com escritores, professoras(es) e estudantes da EJA com foco no processo criativo e formação leitora dos autores.
Ação Educativa e SME de Canaã dos Carajás	4	8	58	229	287	24 a 26 de outubro	Rodas de conversa com escritores, professoras(es) e estudantes da EJA com foco no processo criativo e formação leitora dos autores.
Núcleo de Trabalho do curso de Psicologia do Mackenzie	1	4	1	10	11	27 de outubro	Oficina sobre a metodologia <i>Tô no Rumo</i> ao grupo de estágio em trabalho do curso de psicologia do Mackenzie.
Ação Educativa	1	16	13	40	53	3 e 10 de novembro	Formação dos conselheiros mirins para o monitoramento do Plano de Educação de Santo André.
Ação Educativa e SME de São Luís(MA)	3	6	49	276	325	07 a 09 de novembro	Rodas de conversa com escritores, professoras(es) e estudantes da EJA com foco no processo criativo e formação leitora dos autores.
Espro - Ensino Social Profissionalizante	1	4	23	37	50	29 de novembro	Oficina sobre a metodologia <i>Tô no Rumo</i> para a equipe de instrutores, coordenação e demais profissionais que atuam com formação e acompanhamento de jovens aprendizes.

Dirigidas a ativistas de movimentos sociais, agentes de ONGs

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total de horas por turma	Participantes		Total de participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
			Homens	Mulheres			
Ação Educativa, CLADEM (Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), Geledés Instituto da Mulher Negra e ECOS Comunicação em Sexualidade	1	8	6	20	26	30 de janeiro	Realização da <i>Oficina Diversidade sexual nas políticas educacionais: o direito humano à educação das mulheres lésbicas, bissexuais e trans</i> . A oficina visou refletir sobre o cenário de invisibilidade, violência e marginalização de gênero e sexualidade nas escolas e apontar novas práticas educacionais, tendo como principal objetivo a construção de propostas que valorizem as diferentes expressões de gênero e de sexualidade nas políticas educacionais.
Instituto C&A/Lojas C&A	12	4	150	250	400	23 de março	Realização de 12 oficinas de arte-educação focada em linguagens (teatro, estêncil, brinquedos, percussão, etc.) com o objetivo de capacitar os voluntários funcionários das Lojas C&A no uso dessas ferramentas para suas ações comunitárias nos territórios em que ficam situadas as unidades das lojas da Rede C&A.
Comitê de Pais e Mães em apoio a estudantes em luta	1	3	9	16	25	25 de novembro	Atividade dirigida a grupo de estudantes ligados(as) ao movimento de ocupação de escolas em São Paulo a respeito da reforma do ensino médio e da PEC 55 que tramitava no Congresso.

Dirigidas a equipes técnicas e outros membros dos poderes públicos

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total de horas	Participantes		Total de participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
			Homens	Mulheres			
SEE da Bahia e instituições formadoras parceiras da SEE.	3	24	05	35	40	Mai -Out	Formação de representantes de unidades formadoras do Programa TOPA-Todos pela Alfabetização, da Secretaria Estadual de Educação da Bahia na área de avaliação de aprendizagem na alfabetização de pessoas jovens e adultas.

Secretaria Municipal de Educação de Santo André	1	8	2	5	7	15 de setembro	Formação da equipe de Gestão Democrática da Secretaria para trabalhar com representantes dos Conselhos Escolares das unidades educacionais da rede de ensino.
---	---	---	---	---	---	----------------	---

Dirigidas a públicos mistos

Instituição beneficiária ou promotora	Turmas	Total e horas	Participantes		Total de participantes	Período	Descrição da atividade (conteúdo, resultados)
			Homens	Mulheres			
Centro de Pesquisa e Formação do SESC SP	6	15	15	15	30	17 a 19 de maio	As seis sessões de debate discorreram sobre o estágio atual da cobertura jornalística sobre a cultura de periferia, abrangendo mídia impressa, Internet, Rádio e TV, além de publicações independentes
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	85	29	114	11 de julho	<i>Cultura e educação para resistência</i> - com Frei Betto e Nilma Lino Gomes.
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	5	16	21	11 de julho	<i>Cadê o jovem? - Representatividade das juventudes nos meios de comunicação.</i> A formação buscou refletir coletivamente sobre ausências e presenças das juventudes nos veículos nacionais, na perspectiva dos direitos humanos.
Ação Educativa / Campanha Nacional pelo Direito à Educação / Fórum Nacional de Educação / Fórum Nacional de Participação / Conselho Nacional do SESI e Movimento dos Secundaristas de São Paulo. Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	18	30	48	11 de julho	<i>Desafios da participação em contextos de resistências.</i> A formação pretendeu discutir a importância e os sentidos da participação para o fortalecimento da gestão democrática na educação, a partir de diferentes contribuições.

Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	3	6	21	27	11 de julho	<i>Roda de conversa: Jovem Negro Vivo.</i> Atividade pensada para promover o debate sobre o alto número de homicídios de jovens negros no Brasil, intensificando a discussão sobre temas como racismo, violência policial e segurança pública em geral.
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	22	30	52	12 de julho	<i>Educação e Direitos Humanos - Gênero, Raça e Sexualidade.</i> A formação visou refletir o cenário de invisibilidade, violência e marginalização de algumas expressões de gênero, raça e sexualidade na educação e apontar novas práticas educacionais, tendo como principal objetivo a construção de propostas que valorizem as diferentes expressões de gênero, raça e de sexualidade nas políticas educacionais.
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	7	14	21	12 de julho	<i>Indicadores de qualidade para políticas de EJA.</i> A perspectiva da oficina foi proporcionar um espaço de construção e afinamento de critérios, dimensões e indicadores junto a um público dedicado a pesquisas, gestão pública, formação de professores e ativismo no campo da defesa de direitos educacionais, de modo a fortalecer sujeitos individuais e coletivos para promoção e qualificação da gestão democrática e do controle social na educação.
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	1	3	4	12 de julho	<i>Rede Paulista de Futebol de Rua.</i> A formação apresentou a metodologia do Futebol de Rua como uma prática de garantia de direitos humanos, a partir de seus princípios orientadores, tais como solidariedade, cooperação e inclusão social.
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	4	10	14	12 de julho	<i>Relações raciais na EJA.</i> O objetivo da formação foi contribuir na abordagem das relações raciais na escola tendo como foco prioritário a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a diversidade de sujeitos que a compõe.
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	13	47	60	12 de julho	<i>Educação Crítico-Libertadora: Contribuições de Paulo Freire.</i> O objetivo do encontro foi promover reflexões sobre a importância de uma educação crítico libertadora para a emancipação da classe popular, a partir das contribuições de Paulo Freire.

Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	3	9	5	14	12 de julho	<i>O Protagonismo da Juventude nas lutas sociais: um olhar a partir do Estatuto da Juventude.</i> A formação analisou o jovem enquanto sujeito de direitos, abordando os principais mecanismos jurídicos brasileiros que ressaltam essa condição, e refletiu acerca do potencial que esta visão pode gerar para o empoderamento dos jovens enquanto protagonistas nas lutas sociais na busca da efetividade dos direitos humanos.
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	3	7	6	13	12 de julho	<i>Um outro futebol é possível?</i> A proposta foi debater o futebol em três eixos fundamentais: futebol como elemento das culturas brasileiras; futebol como crítica social e luta política; e práticas alternativas de futebol como ação comunitária.
Ação Educativa, Pastoral Carcerária, Defensoria Pública de São Paulo (Núcleo de Situação Carcerária) e UNIFESP. Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular.	1	4	24	24	48	13 de julho	<i>O direito humano à educação em prisões.</i> A atividade promoveu uma reflexão sobre a relação das pessoas com o tempo e o ritmo demasiadamente acelerados no cotidiano de uma metrópole como São Paulo.
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	5	8	13	13 de julho	<i>Roda de diálogo Tempo e Ritmo na Metrópole: a importância e o desafio de desacelerar em uma cidade como São Paulo.</i> A atividade promoveu uma reflexão sobre a relação das pessoas com o tempo e o ritmo demasiadamente acelerados no cotidiano de uma metrópole como São Paulo.
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	3	12	15	13 de julho	<i>Diálogos improváveis sobre direito à cidade.</i> A oficina se propôs a dar voz a quem vivencia a cidade (grupos étnicos, com diferenças de gênero, com diversidade sexual, jovens, etc), mas nunca é ouvido sobre o direito à cidade, buscando a construção de uma visão sobre o direito à cidade que seja incluyente e permita o exercício pleno da cidadania sem discriminação.

Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	6	19	25	13 de julho	<i>Gênero e raça em formações de jovens.</i> A formação apresentou a experiência de projetos de formação de jovens pela Ação Educativa que tratam de temáticas relacionadas a gênero, raça e sexualidade.
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	5	13	18	13 de julho	<i>Desigualdade Econômica e concentração de renda: como isso afeta a minha vida?</i> Debate a partir dos dados do relatório "A Economia para o 1%" e da ferramenta calculadora da desigualdade, de forma a refletir como essas questões aparentemente distantes e subjetivas afetam o cotidiano das pessoas.
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	11	39	50	14 de julho	<i>Educação Popular em tempos de neoliberalismo: potências e desafios.</i> A oficina visou contribuir para o debate acerca da relação entre a Educação Popular e o recrutamento do neoliberalismo no Brasil, a partir da década de 1990.
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	6	17	23	14 de julho	<i>Direito de saber: A Lei de Acesso à Informação na luta por direitos humanos.</i> A formação abordou noções básicas sobre transparência e direito de acesso à informação, tendo em vista o uso da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal 12.527/2011) como ferramenta de luta por outros direitos humanos.
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	3	7	10	14 de julho	<i>Literatura na EJA.</i> A formação teve por objetivo contribuir na diversificação de atividades de leitura e no desenvolvimento de ações contínuas de formação de leitores na Educação de Jovens e Adultos (EJA).
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	4	10	14	14 de Julho	<i>Violações de direitos humanos racismo e sexismo.</i> A formação abordou racismo e sexismo como violações dos direitos humanos; a construção das desigualdades e hierarquias sociais a partir da cor e do sexo; as ações de mulheres e homens negras e negros por igualdade de direitos; a legislação anti-sexista e anti-racista; e o racismo como sofrimento psíquico.

Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	4	15	19	14 de julho	<i>Comunicação como Direito Humano.</i> Debate sobre democratização da comunicação e seu papel para a luta e resistência.
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	3	5	15	20	14 de julho	<i>Futebol de Mulheres: entre a resistência e a emancipação.</i> A defesa do futebol de mulheres implica numa ação política de resistência. Nesse sentido, a formação pretendeu refletir sobre os caminhos para o desenvolvimento do futebol feminino em um esporte profundamente machista.
Ação Educativa - Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência	1	4	3	10	13	14 de julho	<i>Jovens e escolha profissional.</i> A formação visou sensibilizar educadores e gestores para a importância de abordar questões de escolha profissional junto a jovens do Ensino Médio, a partir de uma perspectiva sócio-histórica.
Centro de Pesquisa e Formação do SESC SP	6	15	17	19	36	16 a 18 de agosto	As sessões abordaram os eixos curatoriais do Encontro Estéticas das Periferias: Direito à Cidade, produção cultural das mulheres, cultura nordestina, direitos humanos, futebol, cultura negra. O conjunto das mesas resultaram numa aprofundada reflexão sobre o contexto da cultura de periferia tendo a criação artística como centro das discussões.

III – Pesquisas

Pesquisas concluídas

Que segurança pública queremos? – pesquisa qualitativa sobre segurança pública

Pesquisa realizada no contexto do projeto “Segura Essa Ideia – Jovens Articuladores pelo direito à Segurança Pública”, com apoio do Ministério da Justiça e Oxfam Brasil. Baseada na metodologia Choicework Dialogue, a pesquisa investigou os problemas e soluções que jovens, profissionais que atuam com juventude e moradores de Sapopemba e São Mateus, consideram mais relevantes para superar a violência que afeta a juventude nesses territórios. Foram realizados 10 grupos de diálogos com 180 pessoas, em diferentes locais de São Mateus e Sapopemba, como escolas de ensino médio, serviços de atendimento de jovens e o CEU Sapopemba. Um grupo de jovens formados nas temáticas de direitos humanos, segurança pública, gênero e raça realizou o trabalho de mediação dos grupos, com

o apoio da equipe da Ação Educativa, a qual sistematizou e analisou os resultados do campo.

O que dizem professoras/es e estudantes

Consulta realizada junto a adolescentes, jovens e adultos, estudantes ou egressos, e professores e professoras de escolas de ensino médio de várias localidades do Brasil como parte da construção dos Indicadores da Qualidade na Educação – Ensino Médio. A pesquisa ouviu 23 grupos – 11 de professores e 12 de estudantes -, num total de 225 pessoas, em quatro estados do Brasil. O diálogo nos grupos buscou identificar aspectos do que seria uma escola de ensino médio de qualidade, tanto a partir da problematização das condições existentes, quanto da projeção de seus desejos e expectativas para essa etapa.

A educação não escolar de adultos: uma revisão dos caminhos da educação Popular e da Educação para os direitos humanos

A pesquisa sistematizou práticas de educação não escolar de jovens e adultos em diferentes partes do país, incluindo a experiência de recuperação da identidade quilombola de uma comunidade em Angra dos Reis que luta pela demarcação das suas terras; a formação oferecida pela Ação Educativa para 26 arte-educadores que trabalham na Fundação Casa; experiências de Educação Popular da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), realizadas por meio do Programa de Educação Tutorial (PET); uma formação política feminista com mulheres jovens, realizada em Recife nos anos de 2013 e 2014; as ações do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA); a formação a partir das ações políticas de duas organizações do movimento de moradia na cidade de São Paulo; a trajetória, reivindicações e a vivência da educação popular do Levante Popular da Juventude no Rio Grande do Sul; e o sentido educativo do Movimento Passe Livre, em São Paulo. Com recursos da CNPq, a pesquisa deu origem a um dossiê organizado para número especial da revista eletrônica E-Curriculum da PUC-SP, constituído por oito artigos sobre as práticas de educação não escolar de jovens e adultos e por um artigo analítico sobre o lugar do relato na sistematização de práticas.

Educação e desigualdades no Brasil

Pesquisa sobre a situação do atendimento escolar no Brasil realizada por demanda da Oxfam, buscando trazer à luz os avanços conquistados, assim como os persistentes gargalos fruto da elevada desigualdade, que se mostra estrutural na sociedade brasileira, e seus impactos sobre as condições de acesso, permanência e conclusão do Ensino Básico de qualidade para todas as pessoas, assim como sobre o Ensino Superior.

Anais da CONFINTEA Brasil+6

Relatoria realizada por demanda do Ministério da Educação. A conferência contou com a participação de representantes de diferentes segmentos ligados à educação de jovens e adultos, desde fóruns, conselhos, associações, especialistas, organismos internacionais e representantes do governo em um número total de 611 participantes, além de 84 palestrantes, 45 participantes internacionais de 25 países e 17 integrantes da Equipe Organizadora.

Pesquisas em andamento

O Programa Transcidadania
Tem como objetivo construir um registro e avaliação crítica da execução do programa que atende travestis e transexuais na rede municipal de educação de jovens e adultos. Foram realizadas entrevistas em profundidade, grupos focais com estudantes e observação da rotina de sala de aula de todos os níveis de ensino. Além disso, foi coletado material em vídeo com o objetivo de produzir vídeo sobre a experiência educacional vivida nessa unidade escolar.
GRUNDTVIG, pensamento e influência no campo da Educação de Adultos nos países do Norte: ampliando o debate sobre educação popular
Nova pesquisa, aprovada pelo CNPq como bolsa Produtividade em Pesquisa para o período 02/2016 a 02/2020, irá estudar comparativamente a experiência escandinava em Educação Popular e a experiência brasileira.

IV – Publicações

Publicações impressas

Livros e cadernos

Leve-se – Programa Jovem Monitor/a Cultural
Publicação que conta, através de produções gráficas e textuais dos/as jovens participantes, a trajetória do Programa Jovem Monitor/a Cultural durante o ciclo 2015/2016. O público alvo direto da publicação são os próprios jovens, bem como gestores e parceiros envolvidos no desenvolvimento das atividades.
Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais
Destinado a profissionais da educação, especialistas e ativistas de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais o livro reúne um conjunto de artigos resultante do projeto Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais desenvolvido entre 2014 e 2016 pela Ação Educativa em parceria com as organizações CLADEM – Comitê da América Latina e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, ECOS – Comunicação em Sexualidade e Geledés – Instituto da Mulher Negra.
Folheto Pelo direito à igualdade de gênero na escola
Destinado a profissionais da educação o Folheto traz informações sobre a importância da escola abordar gênero, raça e sexualidade com seus alunos e orientações sobre o que fazer caso a escola sofra ameaças de grupos fundamentalistas.
Folheto Monitoramento participativo: fortalecendo a gestão democrática em prol da concretização dos planos de educação

<p>O Folheto sistematiza 7 passos para a concretização de processos participativos para monitoramento dos Planos de Educação.</p>
<p>Cartilha “Por que discutir gênero na escola?”</p>
<p>Publicação destinada a estudantes do ensino médio e jovens em geral, com informações e reflexões a respeito das relações de gênero no ambiente escolar. O material foi produzido em parceria com três jovens mulheres da periferia leste da cidade de São Paulo e trata de temáticas como: identidade de gênero, sexualidade, diversidade sexual, lesbofobia, transfobia, machismo, violência contra a mulher, feminismo.</p>
<p>Guia de oportunidades Tô no Rumo</p>
<p>A publicação é dirigida a jovens estudantes do ensino médio ou que estão fazendo a transição entre vida escolar e mundo do trabalho e traz um conjunto de informações sobre equipamentos e políticas públicas de interesse de jovens, localizados na região metropolitana de São Paulo. O material tem o objetivo de apoiar jovens em suas trajetórias educacionais e ligadas ao mundo do trabalho. Boa parte do material é destinado às escolas e espaços educacionais onde são implementadas as oficinas do projeto Tô no Rumo – Jovens e escolha profissional.</p>
<p>Jovens e direito à educação – guia para uma formação política</p>
<p>A publicação sistematiza uma proposta metodológica de formação política para jovens a partir da experiência do projeto Jovens Agentes Pelo Direito à Educação (JADE), realizado pela Ação Educativa entre 2007 e 2015. Ela trata do direito da juventude à educação, articulado a temáticas como gênero, raça, qualidade e equidade social na educação, lutas sociais no campo educacional, entre outras.</p>
<p>A ideologia do movimento Escola Sem Partido – 20 autores desmontam o discurso</p>
<p>A publicação reúne 18 artigos, inéditos e publicados em veículos da grande imprensa, que tematizam o movimento Escola Sem Partido e tem como foco a “desconstrução da ideologia do movimento que pretensamente combate as ideologias nas escolas”. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScl1Suf9o-AhyurZDRE-FeNd9iJfQw2kKh7M9FI503XW_KIGsg/viewform</p>
<p>Que segurança pública queremos? pesquisa qualitativa sobre segurança pública.</p>
<p>Análise dos resultados da pesquisa realizada com jovens, profissionais que atuam com juventude e moradores de Sapopemba e São Mateus acerca da violência que afeta a juventude destes territórios. A metodologia utilizada foi a dos Grupos de Diálogo (Choice Work Dialogue).</p>

Publicações virtuais

Reconhecimento público De Olho nos Planos

Vídeo produzido no âmbito da Iniciativa De Olho nos Planos. A partir de entrevistas com professoras, gestoras/es, representantes dos conselhos e fóruns de educação o vídeo se propõe a discutir experiências de construção e de monitoramento participativos dos Planos de Educação.

Disponível em: <http://www.deolhonosplanos.org.br/reconhecimentopublico/>

Monitoramento do Plano de Educação de Santo André

Vídeo produzido a partir de entrevistas com professoras, gestoras/es, representantes de fóruns de educação, ativistas de organizações da sociedade e de movimentos sociais o vídeo se propõe a discutir os processos participativos de monitoramento do Plano de Educação de Santo André/SP.

Disponível em: <http://www.deolhonosplanos.org.br/type/video/>

Folheto Monitoramento participativo: fortalecendo a gestão democrática em prol da concretização dos planos de educação

O Folheto sistematiza 7 passos para a concretização de processos participativos para monitoramento dos Planos de Educação.

Disponível em: http://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2016/08/folder-deolhonosplanos_COMPLETO_P3.pdf

Folheto Pelo direito à igualdade de gênero na escola

Destinado a profissionais da educação o Folheto traz informações sobre a importância da escola abordar gênero, raça e sexualidade com seus alunos e orientações sobre o que fazer caso a escola sofra ameaças de grupos fundamentalistas.

Disponível em: http://www.deolhonosplanos.org.br/wp-content/uploads/2016/05/folder_igualdadegeneroescola_site.jpg

A implementação dos ODS no Brasil e os desafios das metas em educação

O estudo realizado buscar contextualizar a formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável focando no ODS4 sobre educação e traçar uma correlação com o Plano Nacional de Educação (PNE), busca também mapear a participação do Brasil na Agenda 2030 e os indicadores definidos para monitorá-los. Aborda a atuação de organizações da sociedade civil, particularmente através das iniciativas realizadas no sentido de pressionar o governo Brasileiro para a criação de instituições no nível do Executivo e do Legislativo que possibilitem um acompanhamento sistemático, transparente e consequente sobre as ações adotadas pelo Brasil para o cumprimento dos ODS.

Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/desenvolvimento/a-implementacao-dos-ods-no-brasil-e-os-desafios-das-metas-em-educacao/>

A América Latina hoje: uma avaliação crítica sobre a esquerda e os governos progressistas.

Realização de publicação com o tema "A América Latina hoje: uma avaliação crítica sobre a esquerda e os governos progressistas", fruto de um seminário organizado durante o Fórum Social Mundial 2016, que ocorreu em Montreal, Canadá. Tendo em vista as transformações que a América Latina tem vivido nas últimas décadas, o documento busca discutir os avanços e recuos após a entrada de diversos governos considerados progressistas na região e os desafios atuais que enfrentam.

Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/blog/2016/12/20/publicacao-sobre-conjuntura-da-america-latina-esta-disponivel-para-download/>

Artigos e capítulos de livro**A experiência de um indicador de letramento científico.**

O artigo apresenta o histórico da produção e proposta metodológica do indicador de Letramento Científico ILC. De autoria de CATELLI Jr., Roberto; SERRAO, Luis ; CURY, F. ; LIMA, Ana ; CONRADO, A. L., foi publicado em Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v. 160.

Sujeitos da diversidade: a agenda LGBT na educação de jovens e adultos.

Análise do processo de exclusão escolar vivido pela população LGBT e a possibilidade de reinserção dessa população por meio da educação de jovens e adultos.

Artigo de Roberto Catelli e Michele Escoura, publicado em Olh@res - Revista Eletrônica do Departamento de Educação da UNIFESP, v. 4.

Jovens e escola: aproximações e distanciamentos

Análise dos dados relativos ao tema da educação coletados pela pesquisa Agenda Juventude Brasil, da Secretaria Nacional de Juventude. Artigo de Maria Virginia de Freitas, publicado em Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças, organizado por Regina Novaes, Gustavo Venturi, Eliane Ribeiro e Diógenes Pinheiro.

Trabalho e condição juvenil: permanências, mudanças, desafios.

Análise dos dados relativos ao tema do trabalho coletados pela pesquisa Agenda Juventude Brasil, da Secretaria Nacional de Juventude. Artigo de Maria Virginia de Freitas e Maria Carla Corrochano, publicado em Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças, organizado por Regina Novaes, Gustavo Venturi, Eliane Ribeiro e Diógenes Pinheiro.

Trajatórias juvenis e garantia de direitos

Apresenta o trabalho da Ação Educativa no âmbito do programa "Juventudes e direitos nas cidades", mantido pela Operasjon Dagsverk (OD)/ Norwegian Church Aid (AIN) junto a seis entidades brasileiras: Ação Educativa, FASE, IBASE, Diaconia, Koinonia e Viva Favela. Publicado na revista Juventude e direitos na cidade: jovens e participação, de Operasjon Dagsverk e Norwegian Church Aid.

Direitos juvenis em disputa

Analisa as perspectivas em disputa no processo de construção do Estatuto da Juventude e das políticas públicas de juventude. Publicado na revista Juventude e direitos na cidade: jovens e participação, de Operasjon Dagsverk e Norwegian Church Aid.

V - Promoção de eventos

Nome do evento	Parceiros	Total de participantes	Local	Data	Descrição/ Resultados
Jovens mulheres e novos ativismos	Oxfam Brasil	30	São Paulo	23 de março	Roda de conversa em que jovens ativistas compartilharam suas experiências, formas de luta e agendas políticas.
Ação em Debate - "Da Reorganização à volta às aulas: o futuro da educação no estado de São Paulo"		24	São Paulo	28 de março	Debate com a presidente da Apeoesp Maria Izabel Noronha, o coordenador do Fórum Estadual de Educação João Cardoso Palma Filho e a aluna da Escola Técnica Estadual de São Paulo Sophia Tagliaferri.
Ação em Debate - "Papel da mídia no fortalecimento da democracia"		22	São Paulo	25 de abril	Debate com o jornalista político e econômico Luis Nassif e Maria Carolina Trevisan, repórter da rede Jornalistas Livres
Ação em Debate - Conjuntura em crise: qual é o lugar da agenda socioambiental?		23	São Paulo	30 de maio	Debate com Tatiane Klein, do Instituto Socioambiental, Márcio Astrini, do Greenpeace e Maurício Broinizi, da Plataforma Cidades Sustentáveis
Mobilizações Estudantis e Democracia		36	São Paulo	22 de junho	Debate sobre as lutas estudantis em torno da educação em escolas públicas de São Paulo, com Salomão Ximenes, professor da UFABC, Kézia Alves, coordenadora do Conselho de Escolas de São Paulo, o

					deputado estadual Carlos Neder e estudantes secundaristas.
Quebrada em Diálogo: Desconstruindo Gênero		70	São Paulo	25 de junho	Evento de lançamento da cartilha "Por que discutir gênero na escola?", com roda de conversa com Vanessa Nunes, ativista trans, Jo Camilo, psicóloga, mestrande em psicologia (USP), Juliane Cintra de Oliveira, coordenadora de comunicação da Ação Educativa e Michele Escoura, pesquisadora em gênero pelo PAGU, núcleo de estudos de gênero da UNICAMP. Ao final ocorreram duas intervenções culturais com MC Linn da Quebrada e Sarau Comungar.
Ação em Debate: "O Estado dos Direitos Humanos no Mundo"		26	São Paulo	27 de junho	Debate com Átila Roque, diretor executivo da Anistia Internacional Brasil
Lançamento do guia O Ministério Público e a Igualdade Étnico-Racial na Educação.		20	São Paulo	11 de julho	A publicação foi elaborada para servir de subsídio aos membros do Ministério Público, sendo útil aos demais operadores do Direito e gestores brasileiros na implementação da Lei 10.639/2003. O objetivo específico é oferecer referências para o monitoramento da implementação do direito à educação das relações étnico-raciais aos operadores jurídicos, na

					perspectiva de contribuir para a ampliação e a qualificação de sua institucionalização nos sistemas de ensino do País.
É disso que eu tô falando		4	São Paulo	12 de julho	<p>Projeção do documentário e debate sobre redução da maioria penal.</p> <p>A atividade foi parte da programação da Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência.</p>
Seminário Educação e Desigualdade no Brasil		15	São Paulo	13 de julho	<p>Seminário e debate a respeito da publicação "Educação e Desigualdade no Brasil", apresentando a situação do atendimento escolar no Brasil, trazendo à luz os avanços realizados, assim como os persistentes gargalos fruto da elevada desigualdade no país e seus impactos sobre as condições de acesso, permanência e conclusão do Ensino Básico e do Ensino Superior.</p> <p>A atividade foi parte da programação da</p> <p>Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência.</p>
Lançamento do filme Mesoperiferia		28	São Paulo	14 de julho	O filme narra de forma poética a história do movimento Mesoperiferia que, desde 2001, atua na zona norte de

					<p>São Paulo com a organização e produção de eventos culturais.</p> <p>A atividade foi parte da programação da</p> <p>Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: cultura e educação para resistência.</p>
Seminário sobre Medidas não privativas de liberdade	Fundação Rosa Luxemburgo	100	São Paulo	15 de julho	<p>Debate sobre medidas não privativas de liberdade em países da América Latina com a participação do poder público (Fundação Casa, SMADS) de São Paulo e grupos de trabalho com projetos que trabalham com educação para crianças e adolescentes.</p>
Encontro Estéticas das Periferias	Instituições culturais privadas e públicas, coletivos culturais	12.000	São Paulo	23 a 28 de agosto	<p>Cerca de 60 atividades artísticas cobrindo todas as linguagens em 15 regiões da periferia de São Paulo, denominados territórios culturais, além, de workshops, debates, palestras.</p>
A América Latina hoje: uma avaliação crítica sobre a esquerda e os governos progressistas	Movimentos e organizações da sociedade civil	100	Montréal / Canadá	Agosto	<p>Debate sobre a conjuntura atual na América Latina e os desafios para a esquerda</p>
Seminário de Devolutiva para a Política Pública	Secretaria Municipal de Educação de Santo André	25	Santo André (SP)	24 de novembro	<p>Entrega do documento "Recomendações das Unidades Escolares e organizações da sociedade civil para a política pública de Educação e Relações Raciais" para</p>

					representantes da equipe de transição da nova equipe da gestão municipal.
Oficina do Grupo Técnico dos Indicadores da Qualidade na Educação – Ensino Médio	Unicef	30	São Paulo	29 e 30 de novembro	Fechamento da versão preliminar da metodologia Indicadores da Qualidade na Educação – Ensino Médio, a ser testada e fechada em 2017.
Lançamento do livro “Jovens e direito à educação: Guia para uma formação política”		52	São Paulo	14 de dezembro	Lançamento da publicação “Jovens e direito à educação: guia para uma formação política” com uma roda de conversa com as autoras Bárbara Lopes, Natália Bouças do Lago e Raquel Souza; com a educadora Bianca Cruz; com Marcelo Morais, ativista LGBT e ex-participante do projeto; e Aniely Silva, que participou da ocupação da EE Arthur Chagas e coautora da cartilha.
Lançamento do livro “Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais”	Ação Educativa, CLADEM (Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher), Geledés Instituto da Mulher Negra e ECOS Comunicação em Sexualidade	100	São Paulo	03 e 04 de dezembro	O livro reúne um conjunto de artigos resultante do projeto Gênero e Educação, apoiado por meio de edital público de 2014 da Secretaria de Políticas de Mulheres da Presidência da República. A atividade integrou a programação da Conferência Nacional de Alternativas para uma Nova Educação (CONANE).

Festival de Direitos Humanos da Cidade de São Paulo	Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania da PMSP	200	São Paulo	11 de dezembro	Realização de torneio de futebol de rua
---	--	-----	-----------	----------------	---

VI - Participação em eventos

Internacionais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de Intervenção	Total de participantes
Fórum Social Mundial Montreal 2016	Coletivo 660	Montreal / Canadá	09 a 13 de agosto	Seminário	100

Nacionais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de Intervenção	Total de participantes
Seminário Nacional Gênero e Educação	Ação Educativa, ECOS, Geledés Instituto da Mulher Negra e CLADEM	São Paulo (SP)	2 e 3 de maio	Conferência	117
4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres	Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)	Brasília (DF)	10 a 13 de maio	Conferência	3.000
Oficina Plano em Diálogo	UniRio	Rio de Janeiro (RJ)	20 de maio	Participação	26
Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação	UNCME (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação)	Palmas (TO)	31 de agosto a 02 de setembro	Conferência	724
Workshop com Machado Pais e Lançamento da Agenda Juventude	UFSCar	Sorocaba (SP)	20 de setembro	Participação	30
Seminário na Câmara dos Deputados, com o tema	GT da Sociedade Civil para a	Brasília (DF)	1 de dezembro	Participação	50

“Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”;	Agenda 2030				
Audiência pública “A importância da implementação da Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o Brasil	GT da Sociedade Civil para a Agenda 2030	Brasília (DF)	1 de dezembro	Participação	55

Regionais / Estaduais / Municipais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de Intervenção	Total de participantes
Festival de Direitos Humanos da Cidade de São Paulo	Prefeitura de São Paulo/Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania	São Paulo (SP)	11 de dezembro	Realização de torneio de futebol de rua	200

Locais

Nome	Promotor	Local	Data	Tipo de Intervenção	Total de participantes
Reunião de Especialistas TIC & Gênero	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br	São Paulo (SP)	18 de julho	Participação	50
Apresentação Campanha Mídia sem Violações de Direitos	Intervozes e Rede Andi	São Paulo (SP)	26 de setembro	Participação	30
O desafio da formação com jovens hoje	Instituto Pólis	São Paulo (SP)	1 de novembro	Exposição sobre a experiência da Ação Educativa	25

VII - Participação em redes, fóruns, articulações intersetoriais e conselhos de representantes

Nome	Resultados no período
Comitê Campanha Nacional pelo Direito à Educação	Monitoramento da implementação do Plano Nacional de Educação e das políticas educacionais nacionais.
Fórum Estadual de Educação de São Paulo	Monitoramento da implementação do Plano Estadual de Educação de São Paulo e das políticas educacionais do estado.
Fórum Municipal de Educação de São Paulo	Monitoramento da implementação do Plano de Educação de São Paulo e das políticas educacionais do município.
GT de Educação Nossa São Paulo	Monitoramento da política de educação do município de São Paulo.
Plataforma DHESCA	Planejamento da Missão da Plataforma a ser efetivada em 2017.
Plataforma e Rede de Jovens / Terre des Hommes Alemanha (TDH)	Articulação com organizações parceiras de TDH no Brasil e América Latina; definição de ações prioritárias para TDH Alemanha; participação na Conferência "Caminhos de Paz" com foco em violação de direitos e espaços seguros para jovens, ocorrida em Bogotá.
Rede Paulista de Futebol de Rua	Mobilização e manutenção dos polos de futebol existentes, bem como a difusão da metodologia do Futebol Callejero nas periferias de São Paulo e de cidades do Interior do Estado.
Rede Paulista de Pontos de Cultura	Manter a Ação Educativa articulada; participar da Teia Paulista; uma ação unificada na Conferência estadual da Cultura; participar da organização do Seminário de Formação dos Pontos de Cultura
Comissão Nacional da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)	Participação na CNAEJA para incidir na política pública federal para a educação de jovens e adultos. Em 2016 a CNAEJA apoiou a realização da Confintea Brasil +6.
Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL)	Participação da coordenação regional Brasil no CEAAL com foco na disseminação e fortalecimento da educação popular na América Latina.

VIII - Inserções na mídia

Tema: Cultura / Cultura Popular / Cultura de Periferia

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
-----------	----------------	--------------------	-------------	--------------------------	--------------	-------------------

1	Catraca Livre	Nacio- nal	19/02	Caminhada fará resgate histórico de SP sob a perspectiva antropológica da cultura	Internet	Cita a Ação Educativa como parte do Programa Jovem Monitor Cultural
2	Observatório da Sociedade Civil	Local	14/04	Na periferia, 'luta contra o golpe é questão de sobrevivência', diz jornalista	Internet	Entrevista com Elizandra Souza, editora da Agenda da Periferia
3	Brasil 247	Nacio- nal	15/04	"Luta contra o golpe é questão de sobrevivência"	Internet	Entrevista com Elizandra Souza, editora da Agenda da Periferia
4	Notícias do Dia	Regio- nal	06/05	Debate na zona leste propõe políticas para ampliar o direito à cidade	Internet	Cita Antonio Eielson Leite, coordenador da área de cultura
5	Diário de Maringá	Regio- nal	09/05	Debate na Zona Leste propõe políticas para ampliar o direito à cidade	Im- presso/ Internet	Cita Antonio Eielson Leite, coordenador da área de cultura
6	Portal Comuniquese	Nacio- nal	13/05	ONG e Sesc-SP promovem ciclo para debater o jornalismo cultural na periferia	Internet	Cita Seminário organizado pela Ação Educativa
7	Nós, mulheres da periferia	Local	18/05	Ação Educativa promove seminário sobre Jornalismo Cultural da Periferia nos dias 17, 18 e 19 de maio	Internet	Cita Seminário organizado pela Ação Educativa
8	Rede Brasil Atual	Nacio- nal	24/05	Agenda cultural da periferia chega a sua centésima edição	Internet	Cita Antonio Eielson Leite, coordenador da área de cultura
9	TVT	Regio- nal	24/05	Agenda Cultural da Periferia: 50 mil artistas já divulgados	TV/ Inter- net	Cita Antonio Eielson Leite, coordenador da área de cultura e Elizandra Souza, assessora de projetos
10	Agência Minas Gerais	Regio- nal	07/06	Uberlândia recebe X Semana da Cultura Popular e III Seminário de Economia da Cultura	Internet	Cita Antonio Eielson Leite, coordenador da área de cultura

11	TV Brasil	Nacio- nal	22/06	Agenda Cultural da Periferia chega à sua centésima edição	TV	Cita Antonio Eleilson Leite, coordenador da área de cultura
12	TVT	Regio- nal	17/08	Evento discute estética das periferias	TV/ Inter- net	Cita Dayane Fernandes, assessora de projetos
13	Periferia em Movimento	Local	23/08	Estéticas das Periferias: sexta edição do encontro mobiliza quebradas com ações em rede	Internet	Cita Antonio Eleilson Leite, coordenador da área de cultura
14	Sesc SP	Regio- nal	02/09	A periferia pulsa	Impresso	Cita Antonio Eleilson Leite, coordenador da área de cultura
15	Jornal Centro em Foco	Local	30/09	Bodega do Brasil celebra seus 7 anos de vida na Ação Educativa	Internet	Cita o Espaço Cultural Periferia no Centro e Antonio Eleilson Leite, coordenador da área de cultura
16	Periferia em Movimento	Local	01/10	Niggaz da Hora: livro retrata lenda do graffiti	Internet	Cita Antonio Eleilson Leite, coordenador da área de cultura
17	R7	Nacio- nal	13/10	Escritora Jéssica Balbino lança livro e documentário sobre mulheres que fazem cultura nas periferias	Internet	Cita Antonio Eleilson Leite, coordenador da área de cultura
18	Grupo Editorial Global	Regio- nal	17/10	Literatura Periférica, por Eleilson Leite	Internet	Cita Antonio Eleilson Leite, coordenador da área de cultura

Tema: Educação de Jovens e Adultos

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Estadão	Nacio- nal	12/01	Secretaria da Educação de SP permite ampliar em até 10% a lotação das salas	Im- presso/ Internet	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli

2	Estadão - Educação	Nacional	12/01	Governo de SP permite ampliar até 10% a lotação das salas	Impresso/ Internet	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli
3	Exame	Nacional	12/01	São Paulo permite ampliar em até 10% a lotação das salas	Internet	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli
4	G1	Nacional	12/01	Governo de SP permite ampliar em 10% lotação das salas de aula	Internet	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli
5	Jovem Pan	Regional	12/01	Secretaria da Educação de SP permite ampliar em até 10% a lotação das salas	Rádio	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli
6	A Tribuna	Regional	13/01	Alckmin autoriza aumento da lotação em salas de aula	Impresso/ Internet	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli
7	Agência Brasil	Nacional	13/01	Governo paulista permite ampliar em 10% número de alunos por sala de aula	Internet	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli
8	JCNET	Local	13/01	Governo paulista permite ampliar em 10% número de alunos por sala de aula	Impresso/ Internet	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli
9	RBA	Nacional	14/01	Alunos e educadores contestam medida que aumenta o número de alunos por sala em SP	Internet	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli
10	Visão Oeste	Local	15/01	Visão Atenta	Internet	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli

11	Correio Popular	Regional	17/01	Ampliação de lotação nas salas de aula	Impresso/ Internet	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli
12	Papo de Professor	Local	07/02	Secretaria da Educação de SP permite ampliar em até 10% a lotação das salas	Internet	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli
13	Revista Época	Nacional	23/06	Roberto Catelli Jr.: "A educação de jovens e adultos chega a apenas 5% do público ao qual se destina"	Impresso/ Internet	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli
14	Nova Escola	Nacional	04/08	Roberto Catelli Jr. fala sobre Educação de Jovens e Adultos	Impresso/ Internet	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli
15	Diário de Maringá	Regional	29/08	Escolas do antigo ensino supletivo perdem 100 mil alunos por ano	Internet	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli
16	Nova Escola	Nacional	01/09	MEC promete novas inscrições para o Programa Brasil Alfabetizado até novembro	Impresso/ Internet	Citação Coordenador da Unidade de Educação de Jovens e Adultos Roberto Catelli
17	Portal da Educação	Local	04/10	Portal da Educação – Biblioteca Virtual do Professor	Internet	Cita publicações da Ação Educativa nesse segmento

Tema: Educação e Desigualdades

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Agência Brasil	Nacional	25/02	Problemas na alfabetização podem diminuir produtividade no trabalho, diz estudo	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
2	Exame.com	Nacional	25/02	Só 8% dos brasileiros dominam de fato português e matemática	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf

3	Curiosamente - Blog Diário de Pernambuco	Regional	29/02	Um em cada 4 brasileiros é analfabeto funcional	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
4	O Globo	Nacional	29/02	Só 8% dos brasileiros sabem se expressar plenamente, diz pesquisa	Impresso/ Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
5	Porvir	Nacional	29/02	No Brasil, apenas 8% têm plenas condições de compreender e se expressar	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
6	UOL Educação	Nacional	29/02	Analfabetismo funcional: o que essas palavras têm a ver com seu emprego?	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
7	UOL Educação	Nacional	29/02	No Brasil, apenas 8% têm plenas condições de compreender e se expressar	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
8	Administradores.com	Nacional	01/03	Apenas 8% dos brasileiros são plenamente capazes de compreender e se expressar	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
9	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Nacional	01/03	Dados de pesquisa revelam que só 8% dos brasileiros sabem se expressar plenamente	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
10	Gazeta Online/CBN Vitoria	Nacional	02/03	Pesquisa aponta que apenas 8% dos brasileiros dominam, de fato, português e matemática	Rádio/ Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
11	Jovem Pan	Nacional	02/03	"Crise é perversa com as pessoas que têm menos habilidades", diz especialista sobre nível de alfabetização	Rádio/ Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
12	Blog Página 5 - UOL	Regional	04/03	Qual é o papel do escritor em um país onde 92% das pessoas não leem bem?	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
13	Uol Mais	Nacional	07/03	Brasil: Apenas 8% têm plenas condições de compreender e se expressar	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf

14	Blog do Sakamoto - UOL	Nacional	09/03	Havana Connection 16: O governo aprofunda sua guinada conservadora	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
15	União Brasileira de Escritores	Local	10/03	Manifesto de um escritor brasileiro ou a arte de vender escova de dentes no país dos banguelas	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
16	Folha de S. Paulo (Colunistas - Pasquale Cipro Neto)	Nacional	24/03	A bendita compreensão de texto	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
17	Controvérsia Blog	Nacional	27/03	Havana Connection – Programa 16 – 07/03	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
18	O Globo (Colunistas - Antônio Gois)	Nacional	11/04	Problemas no topo	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
19	Istoé	Nacional	15/04	A propaganda do terror	Impresso/ Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
20	Cio.com.br	Local	03/05	Tudo o que puder ser automatizado, será	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
21	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa	Local	16/05	A importância do Letramento Científico é tema de palestra do Instituto Abramundo durante o Congresso Bett Brasil Educar 2016	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
22	Câmara Municipal de São Paulo	Local	23/05	SP 2030: desigualdades estão ligadas à violência e falta de oportunidades	Internet	Citação Vera Massagão Ribeiro, coordenadora geral da Ação Educativa
23	Bem Paraná	Regional	30/05	Ensinar matemática não é só uma questão de números	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf

24	NT Jornalismo - Jornalismo Novo Tempo	Local	30/05	27% dos brasileiros entre 15 e 64 anos são analfabe- tos funcionais I Redação NT	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
25	Folha de S. Paulo	Nacio- nal	12/06	Sem vagas em escolas de dia, 40% dos alunos do noturno não trabalham	Internet	Cita Roberto Ca- telli, coordenador da Unidade de Educação de Jo- vens e Adultos
26	El Pais	Nacio- nal	28/06	A saída possível	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
27	Portal Aprendiz	Nacio- nal	14/07	"Em contexto de crise, a educação tem que ser pensada como um investi- mento	Internet	Cita Sergio Had- dad, como coor- denador da pes- quisa "Educação e Desigualdade no Brasil", realizado em parceria entre a Ação Educativa e a Oxfam Brasil
28	Revista Educa- ção	Nacio- nal	20/07	Símbolo difícil de emplacar	Im- presso/ Internet	Cita Roberto Ca- telli, coordenador da Unidade de Educação de Jo- vens e Adultos
29	Nossapoli- tica.net	Local	28/08	Temer acaba com Brasil Alfabetizado	Internet	Cita Roberto Ca- telli, coordenador da Unidade de Educação de Jo- vens e Adultos
30	Canaltech	Local	03/09	Como o toque feminino pode transformar os resul- tados de seu negócio	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
31	Blog Newton Paiva	Local	08/09	E12 LETRAS01 - ANALFABETISMO FUNCIONAL: um quadro passível de ser revertido	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
32	JE Online	Regio- nal	17/10	Analfabetos Funcionais	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf

33	Novojornal.jor.br	Nacional	26/11	[Opinião] Rogério Marinho: "analfabetismo é chaga nacional"	Internet	Citação da Ação Educativa como uma das autoras do Inaf
-----------	-------------------	----------	-------	---	----------	--

Tema: Educação e Gestão Pública

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Carta Educação	Nacional	24/03	Conselho Estadual de Educação de São Paulo carece de democratização	Impresso/ Internet	Cita Gustavo Paiva, editor do Observatório da Educação
2	Folha de São Paulo	Nacional	07/04	Escolas municipais da zona norte de São Paulo ficam sem merenda	Impresso/ Internet	Cita Salomão Ximenes, com consultor jurídico da Ação Educativa
3	Rede Nossa São Paulo	Local	08/04	Escolas municipais da zona norte de São Paulo ficam sem merenda	Internet	Cita Salomão Ximenes, com consultor jurídico da Ação Educativa
4	Latitude	Local	06/05	CENPEC: Conheça o novo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica	Internet	Cita Denise Carreira, coordenadora da área de educação da Ação Educativa
5	Undime	Nacional	06/05	Undime participa de seminário sobre o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica	Internet	Cita Denise Carreira, coordenadora da área de educação da Ação Educativa
6	Carta Educação	Nacional	20/05	O viés meritocrático da Educação no governo Temer	Internet	Cita Sergio Haddad, coordenado da unidade Educação, Desenvolvimento e Relações Internacionais
7	Estadão Educação	Nacional	25/05	Eleição faz Haddad pôr sua vice na Educação	Impresso/ Internet	Cita Denise Carreira, coordenadora da área de Educação
8	JCNET	Regional	25/05	Eleição faz Fernando Haddad colocar a sua vice na Educação	Impresso/ Internet	Cita Denise Carreira, coordenadora da área de Educação
9	UOL Educação	Nacional	25/05	Eleição faz Haddad colocar vice-prefeita na Educação	Internet	Cita Denise Carreira, coordenadora da área de Educação

10	Nexo Jornal	Nacio- nal	27/05	Educação no Brasil: os ca- minhos para um currículo comum	Internet	Cita Vera Masa- gão Ribeiro, co- ordenadora geral da Ação Educa- tiva
11	Todos Pela Edu- cação	Nacio- nal	30/06	A democracia nasce na es- cola	Internet	Cita Maria Virgi- nia de Freitas, co- ordenadora da área de Juvent- tude da Ação Educativa
12	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabeleci- mentos de En- sino	Regio- nal	15/07	Seminário aborda des- monte do estado social proposto por Temer	Internet	Cita Sergio Had- dad, coordenador da unidade de Educação, Desen- volvimento e Re- lações Internacio- nais
13	TVT	Regio- nal	12/09	Governo Temer suspende novo método de avaliação da educação	TV	Entrevista Clau- dia Bandeira, as- sessoria de proje- tos

Tema: Educação Infantil

Nº	Veículo	Abran- gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Diko Pataca	Local	12/01	Artigo – A autoestima da criança pré-escolar	Internet	Cita pesquisa da Ação Educativa: Educação para jo- vens e adultos, ensino funda- mental: proposta curricular – 1º segmento

Tema: Educação nas Prisões

Nº	Veículo	Abran- gência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Folha de S. Paulo	Nacio- nal	10/11	Justiça determina que presídio feminino em SP tenha aulas à noite	Im- presso/ Internet	Cita ação judicial da Ação Educativa em parceria com ITTC, Conectas, Pastoral Carcerária e Insti- tuto Práxis

Tema: Escola Sem Partido

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Instituto Pólis	Local	01/09	A ideologia do movimento Escola Sem Partido	Internet	Lançamento do Livro A Ideologia do Movimento Escola sem Partido, organizado pela Ação Educativa
2	Alma Preta	Bauru - São Paulo	18/10	Escola sem partido, escola com racismo: "chegamos ao limite daquilo que os brancos estão dispostos a negociar"	Internet	Lançamento do Livro A Ideologia do Movimento Escola sem Partido, organizado pela Ação Educativa. Cita Edneia Gonçalves, assessora de projetos da Ação Educativa
3	Centro de Referências em Educação Integral	Nacional	27/10	Livro reúne artigos contra Escola sem Partido	Internet	Lançamento do Livro A Ideologia do Movimento Escola sem Partido, organizado pela Ação Educativa
4	Info Jovem	Local	31/10	Ação Educativa lança livro sobre a ideologia do movimento escola sem partido	Internet	Lançamento do Livro A Ideologia do Movimento Escola sem Partido, organizado pela Ação Educativa
5	Faculdade 28 de agosto	Local	03/11	"O escola sem partido é contra a escola", diz Silvio Almeida	Internet	Lançamento do Livro A Ideologia do Movimento Escola sem Partido, organizado pela Ação Educativa Cita Edneia Gonçalves, assessora de projetos da Ação Educativa
6	Rede Brasil Atual	Nacional	04/11	Escola sem Partido dificilmente será lei, mas está consolidada', diz Daniel Cara	Internet	Lançamento do Livro A Ideologia do Movimento Escola sem Partido, organizado pela Ação Educativa

7	Sul21	Nacio- nal	04/11	Escola sem Partido dificilmente será lei, mas está consolidada', diz Daniel Cara	Internet	Lançamento do Livro A Ideologia do Movimento Escola sem Partido, organizado pela Ação Educativa
8	Jornalistas Livres	Nacio- nal	04/11	Escola Cidadã e Escola Sem Partido	Internet	Lançamento do Livro A Ideologia do Movimento Escola sem Partido, organizado pela Ação Educativa
9	Inesc	Local	08/11	Livro desmistifica suposta neutralidade do movimento Escola sem Partido	Internet	Lançamento do Livro A Ideologia do Movimento Escola sem Partido, organizado pela Ação Educativa
10	Consed	Nacio- nal	10/11	Seminário reafirma importância da pluralidade na reestruturação do currículo	Internet	Cita Denise Carreira, coordenadora da área de Educação
11	Blog do Freitas	Nacio- nal	12/11	Ação Educativa: sai livro contra o Escola sem Partido	Internet	Lançamento do Livro A Ideologia do Movimento Escola sem Partido, organizado pela Ação Educativa

Tema: Financiamento na Educação

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	O Globo	Nacio- nal	22/01	Na educação, nota vermelha em investimento	Im- presso/ Internet	Cita Salomão Ximenes como representante da Ação Educativa
2	PPS	Nacio- nal	22/01	O Globo destaca avaliação de Comte sobre reflexos da crise financeira do Rio na educação	Internet	Cita Salomão Ximenes como representante da Ação Educativa

Tema: Fórum Social Mundial

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
-----------	----------------	--------------------	-------------	--------------------------	--------------	-------------------

1	Revista SIC	Inter-nacional	11/08	Un FSM para soñar el otro mundo necesario y reactualizar desafíos	Internet	Cita Filomena Si-queira, assessora de projetos da Ação Educativa
----------	-------------	----------------	-------	---	----------	--

Tema: Gênero, Raça e Educação

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	RBA	Nacio-nal	22/02	Pesquisa aponta a persis-tência da homofobia no ambiente escolar	Internet	Citação e vídeo de Denise Carreira, coordena-dora da área de educação da Ação Educativa
2	CUT Nacional	Nacio-nal	24/02	Pesquisa aponta a persis-tência da homofobia no ambiente escolar	Internet	Citação e vídeo de Denise Carreira, coordena-dora da área de educação da Ação Educativa
3	CNTE	Nacio-nal	18/03	Diversidade: Desigual-dade de gênero	Internet	Citação Denise Carreira, coordena-dora da área de educação da Ação Educativa
4	ONU Mulheres	Nacio-nal	28/04	Seminário discute gênero nas políticas educacionais e propõe fortalecimento da ação política para com-bater retrocessos	Internet	Cita a Ação Educativa como uma das entidades que promove Seminário Nacional Gênero nas Políticas Educacionais: ameaças, desa-fios e ação política
5	ONU BR	Nacio-nal	29/04	Evento em SP discute questão de gênero nas políticas educacionais	Internet	Cita a Ação Educativa como uma das entidades que promove Seminário Nacional Gênero nas Políticas Educacionais: ameaças, desa-fios e ação política

6	Fundo Social ELAS	Nacional	01/07	II Diálogo ELAS nas Exatas debate equidade de gênero e raça nas escolas	Internet	Citação Denise Carreira, coordenadora da área de educação da Ação Educativa
7	Clube do Jornalismo	Regional	19/09	Racismo nas escolas particulares: é preciso educar	Internet	Cita Edneia Gonçalves, assessora de projetos na Ação Educativa
8	CEERT- Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade	Nacional	27/09	I Seminário Omo Erê: Olhares da Infância e as relações étnico-raciais	Internet	Cita Edneia Gonçalves, assessora de projetos na Ação Educativa
9	Periferia em Movimento	Regional	30/09	Seminário aborda questões de raça e etnia na infância; inscreva-se	Internet	Cita Edneia Gonçalves, assessora de projetos na Ação Educativa
10	TV Câmara São Paulo	Local	17/11	Diálogos SP Educação e relações raciais	TV e internet	Cita Edneia Gonçalves, assessora de projetos na Ação Educativa
11	ONDDA	Local	09/12	Gênero e educação: baixe o livro gratuitamente	Internet	Lançamento do livro Gênero e Educação: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais pela Ação Educativa, em parceria com as organizações Geledés, ECOS, Cladem e Fundação Carlos Chagas

Tema: Institucional

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Apólice	Local	27/01	SulAmérica apresenta novo superintendente de Sustentabilidade	Internet	Cita Ação Educativa como parte do currículo de

						Tomás Carmona, um de nossos Conselheiros Fiscais
2	G1	Nacional	27/01	Governo amplia de 90 para 92 total de integrantes do 'Conselhão'; veja lista	Internet	Cita Sérgio Haddad como membro da Ação Educativa que integra Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
3	JRS na Web	Local	27/01	Executivo será responsável pela evolução da inclusão do tema na estratégia de negócios da empresa	Internet	Cita Ação Educativa como parte do currículo de Tomás Carmona, um de nossos Conselheiros Fiscais
4	Pragmatismo Político	Nacional	28/01	Dilma relança o "Conselhão", que terá participação de Wagner Moura	Internet	Cita Sérgio Haddad como membro da Ação Educativa que integra Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
5	Congresso Gife	Nacional	31/03	ODS nos municípios: arranjos multisetoriais de implementação	Internet	Cita Vera Massagão Ribeiro, como parte do seminário

Tema: Juventude e Ensino Superior

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	O Globo	Nacional	02/08	Escolas estaduais com alunos carentes tiveram piores notas em matemática no Enem 2014	Internet	Cita Salomão Ximenes, consultor jurídico da Ação Educativa

Tema: Organizações da Sociedade Civil

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Mobiliza	Regional	30/05	As ONGs e o governo Michel Temer: perspectivas e temores	Internet	Cita Vera Massagão Ribeiro, coordenadora geral

						da Ação Educativa
2	iG São Paulo	Regional	10/06	Falta de doações e atrasos de repasses federais ameaçam ONGs de saúde no País	Internet	Cita Marcos José Pereira da Silva, coordenador da unidade de suporte

Tema: Planos de Educação

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Jornal GGN	Regional	02/02	Maioria dos estados incluem metas sobre igualdade de gêneros em seus planos de educação	Internet	Cita dados da iniciativa De Olhos nos Planos
2	Centro de Referências em Educação Integral	Nacional	02/02	Maioria dos estados incluem metas sobre igualdade de gêneros em seus planos de educação	Internet	Cita dados da iniciativa De Olhos nos Planos
3	Blog Revista Arco-Iris	Regional	03/02	Maioria dos Planos Estaduais de Educação aprovados incluem referência à igualdade de gênero	Internet	Cita dados da iniciativa De Olhos nos Planos
4	EBC	Nacional	04/02	Mais da metade dos planos estaduais de educação incluem igualdade de gênero	Internet	Cita dados da iniciativa De Olhos nos Planos
5	Undime	Nacional	05/02	Maioria dos Planos Estaduais de Educação aprovados incluem referência à igualdade de gênero	Internet	Cita dados da iniciativa De Olhos nos Planos
6	PorVir	Nacional	05/02	Mais da metade dos planos estaduais de educação incluem igualdade de gênero	Internet	Cita dados da iniciativa De Olhos nos Planos
7	Undime MG	Regional	05/02	Maioria dos Planos Estaduais de Educação aprovados incluem referência à igualdade de gênero	Internet	Cita dados da iniciativa De Olhos nos Planos
8	Cariri Revista	Local	11/02	Ceará em atraso com Plano de Educação; igualdade de gênero é ponto de divergência	Internet	Cita dados da iniciativa De Olhos nos Planos

9	TVT	Regio- nal	20/02	Pesquisa mostra preconceito de estudantes contra homossexuais	TV	Entrevista Denise Carreira, coordenadora da área de educação
10	Rede Brasil Atual	Nacio- nal	22/02	Pesquisa aponta a persistência da homofobia no ambiente escolar	Internet	Entrevista Denise Carreira, coordenadora da área de educação
11	Revista Matria	Local	08/03	Desigualdade de gênero	Internet	Cita dados da iniciativa De Olho nos Planos
12	Toni Reis	Nacio- nal	09/03	Maioria dos Planos Estaduais de Educação aprovados incluem referência à igualdade de gênero	Internet	Cita dados da iniciativa De Olho nos Planos
13	Sindicato dos Bancários SP	Regio- nal	24/03	Webtv: identidade de gênero se aprende na escola	Internet	Cita dados da iniciativa De Olho nos Planos
14	Sindicato dos Bancários SP	Regio- nal	29/03	WebTV: Sociedade pode mudar pensamento conservador em relação a gênero	Internet	Cita dados da iniciativa De Olho nos Planos
15	Sindicato dos Bancários SP	Regio- nal	29/03	WebTV: Combate à desigualdade de gênero se aprende na escola	Internet	Cita dados da iniciativa De Olho nos Planos
16	A Cidade - Ribeirão	Regio- nal	06/04	Professores vão ao MP contra mudança em plano da Educação	Internet	Entrevista Claudia Bandeira, assessora de projetos
17	Adolescencia.org.br	Regio- nal	06/04	Manifesto pela permanência da Educação Integral em Sexualidade no Plano Estadual de Educação	Internet	Cita dados da iniciativa De Olho nos Planos
18	TVT	Regio- nal	15/07	Comunidade acadêmica denuncia descompromisso do governo de SP com Plano Estadual de Educação	TV	Entrevista Luis Serrao, assessor de projetos
19	Rede Brasil Atual	Nacio- nal	25/09	Diálogo, planos regionais de educação e peso no orçamento são elogiados	Internet	Entrevista Denise Carreira, coordenadora da área de educação
20	Undime Nacional	Nacio- nal	01/11	Revista Educação Municipal - Especial 30 anos	Im- presso	Cita a iniciativa De Olho nos Planos

Tema: Público X Privado na Educação

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL – Blog do Freitas	Local	08/01	Adoção de Sistemas de Ensino é pesquisada	Internet	Cita pesquisa do Observatório da Educação realizada em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Greppe) da USP, Unicamp e Unesp
2	Diário do Grande ABC	Regional	17/01	Diadema renova convênio com Sesi, apesar de críticas	Impresso/ Internet	Cita pesquisa do Observatório da Educação realizada em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Greppe) da USP, Unicamp e Unesp
3	Estadão Educação	Nacional	15/02	182 cidades de SP trocam livro federal por apostila privada	Internet	Cita pesquisa do Observatório da Educação realizada em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Greppe) da USP, Unicamp e Unesp
4	Moodle Livre	Local	15/02	MEC regulamenta EAD na educação básica	Internet	Cita reportagem feita pelo Observatório da Educação
5	Uol Educação	Nacional	15/02	Municípios de São Paulo trocam livro federal por apostilas privadas	Internet	Cita pesquisa do Observatório da Educação realizada em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em

						Políticas Educacionais (Greppe) da USP, Unicamp e Unesp
6	Avá Guarani	Nacional	17/02	Municípios de São Paulo trocam livro federal por apostilas privadas	Internet	Cita pesquisa do Observatório da Educação realizada em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Greppe) da USP, Unicamp e Unesp
7	Intersindical	Regional	22/02	Municípios paulistas adotam apostilas privadas em vez de livros didáticos gratuitos	Internet	Cita pesquisa do Observatório da Educação realizada em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Greppe) da USP, Unicamp e Unesp
8	NET Educação	Regional	25/02	A polêmica dos sistemas de ensino	Internet	Cita pesquisa do Observatório da Educação realizada em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Greppe) da USP, Unicamp e Unesp
9	Jornal da Unicamp	Regional	04/04	Relatório revela privatização da educação pública no país	Internet	Cita pesquisa do Observatório da Educação realizada em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Greppe)

						da USP, Unicamp e Unesp
10	Apeoesp	Nacional	13/04	Educadores de São Paulo contestam secretário do governo Alckmin	Internet	Cita Sérgio Haddad, coordenador da unidade Educação, Desenvolvimento e Relações Internacionais
11	Rede Brasil Atual	Nacional	13/04	Educadores de São Paulo contestam secretário do governo Alckmin	Internet	Cita Sérgio Haddad, coordenador da unidade Educação, Desenvolvimento e Relações Internacionais
12	CBN	Nacional	03/09	Privatização de serviços essenciais como saúde e educação não garante melhoria	Rádio/Internet	Cita pesquisa do Observatório da Educação realizada em parceria com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (Greppe) da USP, Unicamp e Unesp

Tema: Reorganização do Ensino, Reforma do Ensino Médio e Ocupações

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Carta Capital	Nacional	25/05	"Ocupar é dizer 'eu ocupo porque também é meu'"	Internet	Cita Maria Virgínia de Freitas, coordenadora da área de Juventude
2	Rádio Brasil Atual	Nacional	21/06	Sem gestão democrática, escolas públicas estão fadadas a preparar apenas para o mercado de trabalho	Rádio	Cita o debate "Mobilizações estudantis e a democracia nas escolas", promovido no contexto da Campanha Fome de Educação
3	Rede Brasil Atual	Nacional	22/06	Sem gestão democrática, escolas públicas estão fadadas a preparar apenas para o mercado	Internet	Cita o debate "Mobilizações estudantis e a democracia nas escolas", promovido no contexto da Campanha Fome de Educação
4	Bol Notícias	Nacional	28/06	Com reorganização suspensa, governo de SP fecha 2,4 mil turmas em 2016	Internet	Lançamento da pesquisa coordenada pela Rede Escola Pública e Universidade
5	Carta Capital	Nacional	28/06	A reorganização escolar em São Paulo acabou?	Internet	Lançamento da pesquisa coordenada pela Rede Escola Pública e Universidade
6	Centro de Educação Integral	Nacional	28/06	A cada estudante a menos, governo de São Paulo fechou duas salas de aula	Internet	Lançamento da pesquisa coordenada pela Rede Escola Pública e Universidade
7	NET Educação	Nacional	29/06	Evidências indicam que governo de São Paulo continua reorganização da rede de ensino, diz estudo	Internet	Lançamento da pesquisa coordenada pela Rede Escola Pública e Universidade

						Citação Salomão Ximenes, consultor jurídico da Ação Educativa
8	Sinpro DF	Regional	29/06	Estudo aponta 'reorganização velada' nas escolas da rede estadual de SP	Internet	Lançamento da pesquisa coordenada pela Rede Escola Pública e Universidade
9	Todos pela Educação	Nacional	30/06	"Eu quero mudar o mundo"	Internet	Entrevista com Aniely Silva, jovem que participou do curso Jovens Agentes pelo Direito à Educação (Jade), da ONG Ação Educativa
10	Apeoesp	Nacional	01/07	A cada estudante a menos, governo de São Paulo fechou duas salas de aula	Internet	Pesquisa coordenada pela Rede Escola Pública e Universidade

Tema: Segurança Pública

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Jornal GGN	Regional	27/02	ONG lamenta morte de jovem que teria sido assassinado pela PM	Internet	Cita caso Josias de Souza
2	Cada Minuto	Local	28/02	Josias, que era carinhosamente chamado de Chaveirinho teria sido morto pela Polícia Militar.	Internet	Reproduz nota de falecimento sobre o caso Josias de Souza

Tema: Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: Cultura e Educação para Resistência

Nº	Veículo	Abrangência	Data	Título da matéria	Mídia	Observação
1	Portal do Educador	Regional	11/07	Semana de Formação em Direitos Humanos e Educação Popular: Cultura e Educação para Resistência	Internet	Difusão do release do evento com a programação
2	TVT	Regional	12/07	Formação em Direitos Humanos para combater conservadorismo	TV	Cita Sergio Haddad, como organizador da iniciativa